



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

ANGÉLICA BITENCOURT SILVA

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE SUJEITOS DO CAMPO A ESCOLA
BÁSICA EM UMA COMUNIDADE RURAL DE SÃO MIGUEL DAS
MATAS – BAHIA**

**AMARGOSA - BA
2022**

ANGÉLICA BITENCOURT SILVA

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE SUJEITOS DO CAMPO A ESCOLA
BÁSICA EM UMA COMUNIDADE RURAL DE SÃO MIGUEL DAS
MATAS – BAHIA**

Monografia apresentada ao Colegiado da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no Centro de Formação de Professores, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo – Ciências Agrárias.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Adriano da Silva Oliveira

**AMARGOSA - BA
2022**

Ficha Catalográfica:

A large, empty rectangular box with a thin black border, positioned below the text 'Ficha Catalográfica:'. This box is intended for the user to enter or print a catalog card.

ANGÉLICA BITENCOURT SILVA

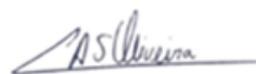
**ACESSO E PERMANÊNCIA DE SUJEITOS DO CAMPO A
ESCOLA BÁSICA EM UMA COMUNIDADE RURAL DE SÃO
MIGUEL DAS MATAS – BAHIA**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo – Ciências Agrárias pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em 09 de dezembro de 2022.

Banca examinadora:

Carlos Adriano da Silva Oliveira – Orientador



Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Lanna Cecília Lima de Oliveira – Membro interna



Doutora em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Antoniél dos Santos Peixoto – Membro externo



Mestre em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGEDUCAMPO CFP)

Dedico esta monografia a meus pais Ademilton e Adenice, pelo exemplo de coragem e simplicidade em suas metas, pois é graças aos seus esforços que hoje posso concluir o meu curso. E a todos os meus colegas de curso que contribuíram para o meu crescimento e aprendizagem. Assim como todos aqueles os que me ajudaram ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente A DEUS, que me deu força e coragem para vencer os obstáculos e dificuldades enfrentadas ao longo do curso.

Ao professor Carlos Adriano da Silva Oliveira, meu orientador, professor Antoniel Santos Peixoto pelo apoio durante a construção do trabalho, por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho, pelo modo de encorajamento, pela disponibilidade e sugestões para a concretização desta monografia.

A minha mãe Adenice, pelo esforço incansável para que eu pudesse chegar a este momento, meu pai Ademilton por toda força, incentivo e colaboração e meus irmãos Elaine e Aldo pelo apoio. Com eles compartilho a realização deste trabalho que é um dos momentos mais importante da minha vida.

Agradeço a banca examinadora e todos dessa instituição (UFRB), especialmente ao pessoal do CFP que permitiram que eu chegasse onde estou. Colegas de classe que foram verdadeiros e companheiros e, em especial as meninas do *ap 5* e toda turma da residência da educação do campo onde dividi moradia durante o período do curso, essas têm grande parcela de contribuição na minha graduação e sempre serei muito grata por isso.

Agradeço especialmente aos professores, pelo incentivo, a cada conversa, a cada conselho para que eu pudesse continuar lutando com garra e coragem ao desempenho dos objetivos.

SILVA, Angélica Bitencourt. **Acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica em uma comunidade rural de São Miguel das Matas – Bahia.** Monografia (Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias). Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2022.

RESUMO

O trabalho abordou o tema do acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica. Tratou-se de reflexões de um trabalho de conclusão de curso (TCC) que teve como objetivo investigar as condições de acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica na comunidade da Sucupira, município de São Miguel das Matas – Bahia. O TCC é fruto de estudos e pesquisas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB), campus Amargosa. Os princípios metodológicos evidenciaram a abordagem qualitativa, realizada por intermédio da pesquisa em campo com instrumentos da entrevista semiestruturada, e interpretação com base na análise de conteúdo. Dentre os resultados destacamos a necessidade de refletir sobre as condições objetiva como desafio histórico para acesso e permanência de estudantes de classes populares e do campo; bem como o debate sobre a relação urbano e rural nos currículos para fortalecer o pertencimento e a permanência de estudantes do campo na escola. Na pesquisa em questão as dificuldades da pandemia por COVID – 19, as relações interpessoais na escola e a importância de lutar por políticas públicas que possam contribuir com acesso e permanência de estudantes foram desdobradas nas entrevistas.

Palavras-Chave: Educação do Campo, Acesso, Permanência.

SILVA, Angelica Bitencourt. **Access and permanence of rural subjects to basic school in a rural community in São Miguel das Matas - Bahia**. Monograph (Degree in Rural Education with specialization in Agricultural Sciences). Teacher Training Center, Federal University of Recôncavo da Bahia. Bitter, 2022.

ABSTRACT

The work addressed the issue of access and permanence of rural subjects to basic school. These were reflections of a course conclusion work (TCC) that aimed to investigate the conditions of access and permanence of rural subjects to basic school in the community of Sucupira, municipality of São Miguel das Matas - Bahia. The TCC is the result of studies and research in the Degree Course in Rural Education with an emphasis on Agrarian Sciences at the Teacher Training Center of the Federal University of Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB), Amargosa campus. The methodological principles evidenced the qualitative approach, carried out through field research with semi-structured interview instruments, and interpretation based on content analysis. Among the results, we highlight the need to reflect on the objective conditions as a historical challenge for access and permanence of students from lower classes and from the countryside; as well as the debate on the urban and rural relationship in the curricula to strengthen the belonging and permanence of rural students in school. In the research in question, the difficulties of the COVID-19 pandemic, interpersonal relationships at school and the importance of fighting for public policies that can contribute to the access and permanence of students were unfolded in the interviews.

Keywords: Rural Education, Access, Permanence.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA	14
3. O LUGAR DA PESQUISA: COMUNIDADE DA SUCUPIRA MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DAS MATAS – BAHIA.....	20
4. EDUCAÇÃO DO CAMPO: ACESSO E PERMANÊNCIA DE SUJEITOS DO CAMPO A ESCOLA BÁSICA.....	26
4.1 ACESSO E PERMANÊNCIA DE SUJEITOS DO CAMPO NA ESCOLA BÁSICA	36
5. AS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR NA COMUNIDADE DE SUCUPIRA SÃO MIGUEL DAS MATAS – BAHIA.....	48
5.1 Entrevista com Salvador.....	56
5.2 Entrevista com Recife	58
5.3 Entrevista com Fortaleza	61
5.4 Entrevista com Aracaju	63
6. CONSIDERAÇÕES	68
7. REFERÊNCIAS	71
8. ANEXOS.....	77
ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	77
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	79

1. INTRODUÇÃO

O trabalho abordou o tema do acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica. Tratou-se de reflexões de um trabalho de conclusão de curso (TCC) que teve como objetivo investigar as condições de acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica na comunidade da Sucupira, município de São Miguel das Matas – Bahia. O TCC é fruto de estudos e pesquisas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB), campus Amargosa.

Como justificativa pessoal do estudo, indico minha relação direta com o desejo de pesquisa. Sou Angélica B. Silva, oriunda de uma comunidade denominada Riacho das Bananeiras, localizada na zona rural, distante 7 km da sede do município, São Miguel das Matas - Bahia. Iniciei meus estudos aos quatro anos de idade, em uma classe multisseriada, na Escola Municipal Jose Marcelino, localizada em uma comunidade rural vizinha, chamada Ponto da Serra, em uma escola que atualmente está fechada. Desse período de escolarização, trago lembranças positivas, especialmente de professores, que, apesar de não residirem na comunidade, compreendiam as particularidades de cada estudante.

Quando conclui os Anos iniciais do Ensino Fundamental, por escolha dos meus pais, passei a me deslocar para estudar na sede do município, em São Miguel das Matas e, nesse período vivenciei o choque cultural, pois tudo era muito diferente e distante da minha realidade. Foi um sentimento de insegurança, tanto nas condições de deslocamento quanto na vivência do universo escolar urbano. No ano seguinte fui matriculada na escola da Sucupira, comunidade vizinha, qual passou a atender turmas do Ensino Fundamental Anos Finais, onde conclui essa etapa da formação. Posteriormente voltei para estudar na sede, dessa vez para cursar o Ensino Médio, pois a única escola que atendia esse nível/modalidade do município era localizada na sede.

Meu pai, filho de agricultor, em sua infância, a escola esteve ausente na comunidade onde residia e era proibido de estudar pelo seu pai, pois era obrigado a trabalhar e, apesar dessa situação e dos poucos recursos financeiros, sempre incentivou meus estudos, principalmente ao expor suas experiências de vida. Minha mãe é Agente Comunitário de Saúde, concluiu a educação básica por meio da Educação de Jovens e Adultos. Lembro em minha infância, juventude e no decorrer do meu processo de escolarização, minha mãe constantemente aconselhava a aproveitar a oportunidade em continuar os estudos.

Sempre fui incentivada pelos meus pais a estudar. Ao concluir a educação básica fiz alguns cursos profissionalizantes, então surgiu a oportunidade de prestar vestibular para o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias em Amargosa. Fui aprovada no vestibular dando início ao curso no ano de 2015, descobrindo inúmeros desafios e oportunidades. Durante o curso algumas inquietações emergiram, principalmente a respeito da evasão escolar, daí surgiram as questões: quais os motivos que levam estudantes a abandonar os estudos? Seria falta de interesse? Seria falta de condições de acesso? Seriam os desafios da permanência?

No histórico na educação brasileira, a evasão escolar é um problema que, lamentavelmente, ainda se faz presente no cenário escolar apesar da implementação de políticas de assistência ao estudante. Em princípio, esse trabalho seria uma pesquisa teórica sobre as condições de acesso e permanência de sujeitos a escola básica, com base no estudo na comunidade da Sucupira, partindo da vontade de pesquisar a comunidade escolar na qual fui aluna. Contudo, ao longo do trabalho percebemos a necessidade de trazer dados inerentes ao campo e foi preciso produzir a experiência elaborando assim, estratégias e formas de abordar sujeitos inseridos no contexto escolar e comunitário, dando continuidade ao trabalho.

Para encaminhar argumentos e o objetivo declarado é importante dialogar com o Decreto 7352/2010 que, em seu artigo 1º conceitua população de campo e escola do campo:

Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros

que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (BRASIL, 2010).

O direito à educação escolar está relacionado às questões do acesso, permanência e a apropriação dos conhecimentos. Pompeu (2005, p.21) destaca que, “o direito à educação é amparado por lei, e seu não cumprimento pode levar ao inquérito civil, ação civil pública e outras sanções judiciais”.

Como desafio, refletimos sobre a lógica da educação posta para colaborar à condensação do modelo neoliberal, buscando deliberar, atribuindo-lhe um novo significado, o de mercadoria. Nesse sentido, a educação deixa de ser vista como direito do cidadão. No campo, a utilização de vigentes processos e técnicas produtivas acelera a deslocação do trabalho e impõe novos contornos de sua domesticação.

Conforme Berman (2003, p.138), o universo agrário, nestas circunstâncias, vai aos poucos perdendo sua identidade, se transfigurando correspondente a atividade das grandes corporações transnacionais, que convertem o modo de produção ao desempenharem atividades produtivas mercantis, geopolíticas, marketings, incentivo ao consumismo. Os princípios estimulados são os do mundo urbano capitalista, onde é possível identificar uma “incansável e insaciável demanda de crescimento e progresso; sua expansão dos desejos humanos para além das fronteiras locais, nacionais e morais”.

O capitalismo surge como um procedimento de civilização, universal e autoritário, instituindo às formas sociais de vida e trabalho, decorrendo em inúmeras contradições e injustiças. Nesse cenário, as situações das escolas na cidade são perversas, o que infelizmente não é diferente no campo. As escolas no campo suportam graves impasses: faltam escolas, infraestrutura, valorização e qualificação docente, falta apoio às iniciativas de renovação pedagógica. O currículo não dispõe da carência e interesses dos sujeitos do campo; os conteúdos escolares não estão associados a realidade dos alunos, as escolas estão situadas no campo, mas consistem em um acréscimo de uma escola presumida para cidade.

Faz-se necessário infringir o círculo a que os jovens estão submetidos, segundo Mccowan (2003, p.139), “sair do campo para continuar a estudar, e estudar para sair do campo. Retifica-se que é preciso estudar para viver no campo”.

Assistimos muitos progressos nas diretrizes operacionais para escola do campo, maior número de recursos, participação da comunidade e movimentos sociais na construção de proposta pedagógica; organização do currículo e calendário escolar conforme necessidades e realidade, entre outros.

As trajetórias são base para pensar os desafios de acesso e permanência e, como esse caminho pode gerar evasão escolar e conseqüente fracasso de estudantes nesse campo. Segundo Balzan (1989), a escola e o professor devem ter clareza dos objetivos que pretendem atingir no seu trabalho de docente. Nesse sentido, enfatizar a importância do planejamento e a maneira que o professor conduz o processo de ensino.

Quando um aluno deixa de frequentar a aula durante o ano letivo sem justificativa é considerado evasão escolar e isto é um problema que abrange todos os níveis de ensino da educação no Brasil. Assim o texto visa, através da discussão de acesso e permanência de sujeitos na escola, conhecer as variadas causas de evasão escolar partindo da comunidade rural de sucupira no município de São Miguel das Matas – BA.

Para isso, como problema de pesquisa elencamos a seguinte questão: Quais as condições de acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica na comunidade da Sucupira, município de São Miguel das Matas – Bahia? Para responder à questão, como objetivos específicos, apontamos: 1) Contextualizar o estudo levantando a história econômica e cultural da comunidade de sucupira no município de São Miguel das Matas – Bahia; 2) Refletir sobre a Educação do Campo, acesso e permanência escolar e suas implicações na trajetória de sujeitos do campo;

A estrutura do presente trabalho consiste na introdução, um capítulo discutindo a metodologia do estudo. O segundo capítulo apresenta o lugar da pesquisa e, na sequência, o capítulo 4 discute as categorias Educação do Campo, acesso e permanência escolar, posteriormente, no capítulo 5, refletimos sobre a escuta dos sujeitos da pesquisa. Por fim, tecemos as considerações do estudo.

2. METODOLOGIA

De acordo com Gil (2007, p.17) pesquisa é um procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A princípio, de uma pesquisa científica, faz-se necessário pré-requisitos básicos: ter conhecimento no assunto a ser pesquisado, ter acesso e dominar a amostra.

A dedicação no planejamento permite que a execução da pesquisa¹ seja feita sem problemas metodológicos e logísticos e realize-se sem nenhum imprevisto, a execução da pesquisa é completada com a redação do relatório final. Um dos problemas para o estudante universitário é a compreensão das metodologias para o progresso do trabalho científico. Para que o projeto de pesquisa tenha significância científica é recomendado que o aluno entenda e se familiarize com a estrutura do trabalho a ser desenvolvido.

Considerando essas etapas, indicamos que a ciência aparece na conjuntura humana como uma necessidade de saber o porquê dos acontecimentos (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 84). Como maneira de perceber e analisar o mundo através de um conjunto de técnicas e métodos.

De acordo com a origem das palavras, ciência significa “conhecimento”, mas, vale ressaltar que nem todos os conhecimentos são científicos nem são pertencentes à ciência, temos como exemplo, os conhecimentos populares.

Os autores Cervo e Bervian (2002, p. 16) declaram que:

A ciência é um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário.

¹ Refere-se à pesquisa como um movimento de apuração com capacidade de ofertar e, por tanto originar conhecimento “novo” relativamente de uma área, sintetizando em relação ao que já se sabe.

A metodologia científica está apta a possibilitar abrangência e análise do mundo através da construção do conhecimento, consegue-se comparar então, metodologia com o “caminho de estudo a ser percorrido” e ciência com “o saber obtido”. O conhecimento científico obtido no processo metodológico tem intuito na maioria das vezes, esclarecer e debater um fato baseado na verificação de uma ou mais hipóteses. “Ao verificar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de esclarecê-los, no entanto averigua suas relações com outros fatos e explicá-los” (GALLIANO, 1986, p. 26).

Método científico pode ser delimitado como um processo de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador científico, norteia seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para alcançar dados (CIRIBELLI, 2003). Torna-se obrigatório sempre que realizado ter base em técnicas específicas operacionais relacionados, ou seja, o método científico está baseado em um conjunto de etapas realizadas através de técnicas bem definidas.

Segundo Rodrigues (2007), os métodos de pesquisa habitualmente adotados para coleta de dados abrangem técnica de elaboração e avaliação de entrevistas, observação, questionário contendo perguntas abertas, perguntas fechadas e de múltiplas escolhas e formulários, estes são adotados pelo pesquisador baseado no tipo de pesquisa a ser realizada.

Assim, a pesquisa problematizou variadas causas de evasão escolar partindo da comunidade rural de Sucupira no município de São Miguel Das Matas – BA, e nesse caminho refletiu sobre acesso e permanência de estudantes do campo na escola básica. Quando um aluno deixa de frequentar a aula durante o ano letivo sem justificativa é considerado evasão escolar e isto é um problema que abrange todos os níveis de ensino da educação no Brasil.

Discutir o acesso e permanência desses sujeitos na escola é uma inquietação que perpassa o caminho e a abordagem. Escola distante, falta de interesse, a necessidade de trabalhar para ajudar os pais em casa ou no campo são alguns dos problemas apresentados pelos sujeitos como dificuldade a permanência na escola.

É viável distinguir uma forma de abordagem que, aos poucos, veio se instalando e se afirmando como significativa possibilidade de investigação para essas áreas do conhecimento. A abordagem acima mencionada é identificada como

"qualitativa", de modo que, apesar de ter sido comumente utilizada pelos antropólogos e sociólogos, ganha firmamento em outras áreas, como a psicologia, a educação e a administração de empresas.

De modo distinto, a pesquisa qualitativa não tem como objetivo enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem utiliza estatística na análise dos dados. É fragmentada de questões ou focos de interesses amplos, que vão se modelando à medida que o estudo é desenvolvido. Implica a consequente obtenção de dados retratados sobre pessoas, lugares e processos interativos pela familiaridade do pesquisador com o contexto estudado, buscando assimilar os fenômenos segundo o ponto de vista dos sujeitos, isto é, a participação dos sujeitos.

Perante a intitulação "pesquisa qualitativa" estão diversos tipos de investigação, firmados em diversificadas situações de orientação teórica e metodológica. O que atualmente denominam-se estudos qualitativos principiou na investigação social a partir da segunda metade do século XIX.

O estudo sociológico de Frédéric Le Play (1806-1882) *Les ouvriers européens*, publicado em 1855, sobre as famílias das classes trabalhadoras da Europa, pode ser referido como uma das primeiras pesquisas a usar a observação direta da realidade. Pela visão metodológica, ele inovou ao produzir esse estudo.

A partir de demandas desenvolvidas que vão se envolvendo no processo da investigação, o estudo qualitativo pode, contudo, percorrer diferentes rumos. O pesquisador deve ter uma experiência direta e intensa com a situação em estudo, respeitando a percepção das leis, costumes e convenções que orientam a vida do grupo sob observação. A organização dos resultados de um processo contínuo, onde o pesquisador busca identificar significados. O uso dessas técnicas requer uma noção crítica e a habilidade para analisar, sintetizar e avaliar informações.

Considerando os rumos e os objetivos, importante pensar na Educação do Campo. Segundo Bergamasco (2013, p. 2) "o princípio da educação do campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade".

Molina (2003, p.23. Apud: SANTOS e ALVES, 2017, p. 3874) enfatiza que "a luta dos Movimentos Sociais por uma Educação do Campo não requer somente o direito à educação, mas o direito de acesso NO e DO campo".

A Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional reconhece o Campo como espaço de educacional estabelecendo as normas para a educação no campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícolas e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Além disso, Bergamasco (2013, p. 8-9) diz que,

A educação do campo, no Brasil, aos poucos, tem se constituído em assunto de pauta nas discussões do cenário educacional. Prova disso, é a política do PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo), um programa do governo federal, lançado em 2012 (...).

A Educação do Campo deve ter como base teórica a valorização da vida do campo visando construir políticas públicas que garantam o direito de trabalhar e estudar no campo, enfatizando a Agricultura Familiar e os demais aspectos culturais e produtivos do campo (BATISTA, 2014).

Dentre os princípios teóricos e metodológicos da educação do campo que devem orientar as ações das escolas do campo destacam-se: a formação humana em todas as suas dimensões como primazia do ato educativo; o compromisso com um projeto de sociedade, de campo e de agricultura familiar; promover uma leitura crítica e engajada da realidade social que contribua para a organização dos setores oprimidos e aponte para a transformação da realidade; valorização da terra como instrumento de vida, de cultura, de produção (BATISTA, 2014, p. 3).

Diante disso, do ponto de vista dos princípios metodológicos, a escolha de investigar as condições de acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica na comunidade da Sucupira, município de São Miguel das Matas – Bahia, foi

realizada por intermédio da pesquisa em campo com instrumentos da entrevista semiestruturada.

Na entrevista semiestruturada se utiliza um roteiro com perguntas fechadas, porém são incluídas algumas perguntas abertas onde o entrevistado é livre para falar (FREITAS SILVA, et al., 2006). Ou seja, a entrevista semiestruturada é um modelo de entrevista flexível, onde há um roteiro, mas há também, o espaço para perguntas fora do planejado.

Entre as principais vantagens da entrevista semiestruturada está a sua flexibilidade, o que permite o direcionamento do assunto, sendo capaz de encaminhar a entrevista para o assunto principal, permitindo também, a captação, de novas informações, que não tenham sido previamente planejadas.

As entrevistas foram realizadas na unidade escolar Professora Elza Malaquias em horário e dia marcado com cada participante, pois cada um foi contatado anteriormente, já que se tratava de docentes que já fora meus professores, então já existia um vínculo de amizade, uma certa facilidade em realizar as entrevistas. Cada entrevista teve duração média entre 20 a 30 minutos. Após a leitura do Termo do Consentimento Livre Esclarecido e esclarecimentos sobre o objeto geral da pesquisa, metodologia e importância do sujeito em participar da pesquisa, foi realizada mediante a assinatura do Termo do Consentimento Livre Esclarecido.

Não apresentamos tempo de duração pré-estabelecido, dessa forma a sua duração variou de acordo o andamento da entrevista. Para facilitar análise do conteúdo das entrevistas e maior precisão na coleta de dados, elas foram gravadas e posteriormente, transcritas para análise. A entrevista é um método de produção de dados que permite ao pesquisador um relacionamento direto com o grupo estudado.

Em termo de sensações, as entrevistas realizadas na escola fez lembrar momentos vividos naquela instituição no meu período de colegial, lembranças até mesmo citadas pelos entrevistados, assim também como fui bem recepcionada pelos funcionários, alguns ainda do período em que estudei. Notava-se a satisfação dos entrevistados ao ver o retorno de uma ex-aluna ao realizar o trabalho e a contribuição deles para tal feito.

Para interpretação dos dados utilizamos a Análise de Conteúdo (AC). Essa técnica de organização na qualidade de procedimento de preparo e análise dos

dados possui algumas características. Antes de tudo, aceita-se que o seu foco seja aprovar as vivências do sujeito como também suas concepções sobre estipulado objeto e seus fenômenos (BARDIN, 1977).

Para Bardin (2007) a análise de conteúdo é composta de várias técnicas nas quais procura-se descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, isto é, por meio de falas ou de textos. Desse modo, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que permitem o levantamento de indicadores possibilitando a realização de indução de conhecimentos.

A análise de conteúdo alcança técnicas de pesquisa que consentem, de maneira ordenada, a descrição das mensagens e das atitudes ligadas ao contexto da enunciação, também como as implicações sobre os dados coletados.

A habilidade de perguntar é uma dessas características que fazem do ser humano uma criatura reflexiva e atuante no meio em que vive. Segundo Zilles (2006) o homem dispõe de uma necessidade de respostas relativamente das coisas, fatos e acontecimentos que ocorrem ao seu redor. Desse modo, faz-se necessário captar a pergunta com o objetivo de cada vez mais aproximar-se de respostas que tenham capacidade de habilitar o homem para interagir com o meio e transformá-lo.

Diante disso, a escolha dos sujeitos da pesquisa foi feita com base em sua atuação na comunidade escolar: foram selecionados um professor, além do diretor da escola e da Coordenadora Pedagógica, para que cada um trouxesse a sua visão sobre a acesso e permanência de estudantes na comunidade escolar específica. Como critério de seleção do professor, foi selecionado o professor com mais tempo de atuação dentro do colégio, por ser aquele que mais vivenciou os desafios da comunidade escolar em estudo. Diante disso, no capítulo de discussão dos dados, será apresentado cada um desses sujeitos selecionados para a pesquisa.

3. O LUGAR DA PESQUISA: COMUNIDADE DA SUCUPIRA MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DAS MATAS – BAHIA

Localizada no território de identidade Vale do Jiquiriçá, São Miguel das Matas tem uma população de 10.414 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 7.054 pessoas vivendo na zona rural e 3.360 pessoas na na zona urbana, ou seja, a maioria das pessoas vive na zona rural e mora lá.

Figura 1: Mapa de São Miguel das Matas – Bahia



Fonte: IBGE.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), a primeira evidência de uma cidade nessa região remonta ao século XVIII, quando por volta de 1760 começou o movimento dos jesuítas. A aldeia desenvolveu-se em pequenas casas comerciais e algumas casas ao redor da Capela de São Roque, construídas no início do século XVIII, como pagamento de uma promessa feita ao santuário devido a uma doença que assolou a região.

Em 1765, a cidade mudou o nome para São Miguel da Aldeia, com várias traduções para o nome, onde a mais importante se refere à sua proximidade com a aldeia "Índios Arco Verde", antigamente conhecidos como índios Cariri, que vivem na fazenda Arco Verde. Acredita-se que, a violência colonial/racista levou a expulsão desses indígenas da região, e que esse fato tenha ocorrido por volta de 1820. Segundo relatos, o nome São Miguel para Arcanjo Miguel e Aldeias refere-se às leis que protegem as Vilas. Em 1802, foi inaugurada uma capela, tendo como protetor o Arcanjo Miguel (IBGE, 2017).

Figura 2: Igreja matriz de São Miguel Arcanjo



Fotografia: Gaspar, Anterlino Leite, 1957. Fonte: IBGE.

Em 1823, uma coroa portuguesa elevou a cidade à freguesia de São Miguel da Aldeia; pouco tempo depois, a vila de Nova Laje passou a fazer parte do distrito, que, por incluir uma nova vila em sua área, passou a ser conhecido como São Miguel da Nova Laje. Só em 1848 é que passou a chamar-se São Miguel das Matas, nome supremo, adequado ao seu lugar na selva. Em 1889, iniciaram-se os estudos da linha férrea São Miguel - Ubaíra.

Figura 3: Estação de trem de São Miguel das Matas - Bahia



Fotografia: Autor Desconhecido Fonte: IBGE.

São Miguel foi emancipada em 1º de junho de 1891, mas somente em 8 de junho iniciou sua administração independente com o nome de São Miguel das Matas. O foco deste trabalho é a conquista da educação na cidade, cuja essência é a economia rural que era o sustentáculo do município, e sua principal atividade econômica. A partir do século XVIII, a economia centrou-se na cultura da mandioca, café, cana-de-açúcar, fumo e pecuária.

Segundo informações obtidas por relatos orais de pesquisa no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel, a atual agricultura familiar de São Miguel das Matas tem uma ampla gama de usos, entre os quais: laranja, milho, amendoim, banana, caju, carne bovina, mas um forte ponto econômico está focado nas plantas de cortiça e mandioca. Esses produtos são transportados para cidades como Santo Antônio de Jesus e Salvador, muitas vezes pelos próprios agricultores, sem precisar passar pelas empresas da cidade, assim como acontecia décadas atrás.

Nos últimos anos, o modelo de moinho de farinha familiar – onde a própria família era responsável por todo o processo produtivo – perdeu o modelo de negócio, onde o agricultor muitas vezes compra uma roça para manter a produção

semanal, não só para uso pessoal, mas para maior produtividade, seguido de exportação.

Os relatos orais no sindicato indicam que os tipos de empregos disponíveis atualmente no meio rural da cidade são motivos de preocupação, pois, a situação agrária é muito difícil e, a maioria dos pequenos agricultores que se dedicam à agricultura de uso familiar não possuem terras. Segundo o relato:

Não tem terra pelo fato [seguinte]: o pai já é proprietário de uma área pequena, aí vem dois, três filhos e fica ali, constrói família e fica na terra, aí acaba trabalhando em outras terras, porque as terras do pai são pequenas e não dá para todo mundo trabalhar. Aí vai trabalhar de “meia. (SANTOS, R. Entrevista, 14 jan. 2017)

Diz-se que esse tipo de trabalho traz ruína ao pequeno agricultor, pois ao final da colheita, ele quase não obtém lucro, deixando o dono da propriedade com a melhor parte. Em São Miguel das Matas, esse tipo de trabalho tornou-se muito comum, tornando-se uma preocupação, pois muitos agricultores não têm acesso à terra de plantio, isso porque nem todos os agricultores têm grandes extensões de terras, e as grandes fazendas não dão terra a um pequeno agricultor que planta, prefere investir na pecuária. Apesar de todos esses desafios, a renda familiar da população rural melhorou dramaticamente.

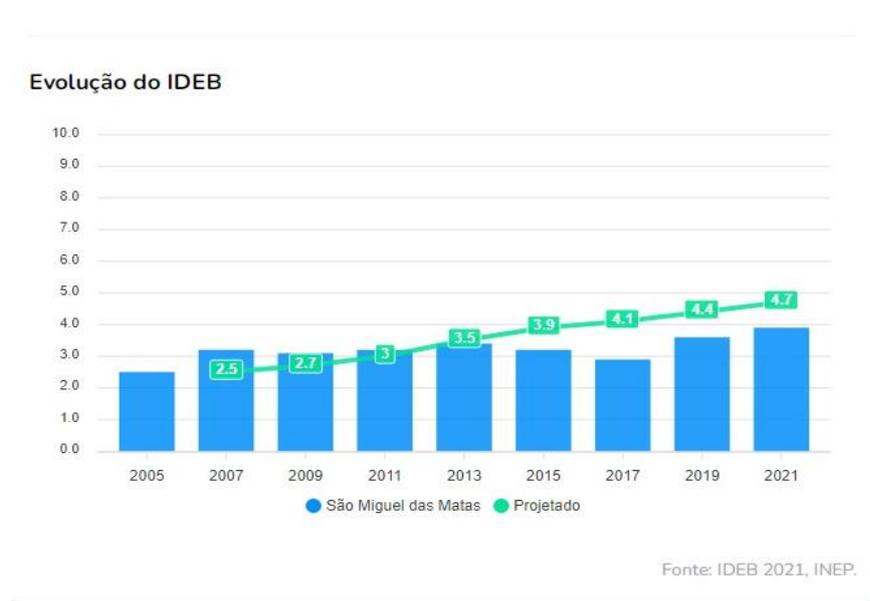
A situação habitacional do município, nas últimas décadas, apresenta um equilíbrio muito bom, com os programas sociais utilizados pelo governo de coalizão, e os recursos destinados para isso; o sindicato, através dos serviços do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), conseguiu trazer cerca de 150 casas para o meio rural.

O mesmo tem acontecido com o Comitê Executivo do Plano Cacaueiro (CEPLAC), de forma vergonhosa, pois carece de muitos recursos financeiros, assistência aos produtores de cacau, para promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores em suas lavouras. O sindicato alerta que, por falta de informação, os produtores, em vez de triplicarem seus salários com uma boa gestão da terra, estão gastando mais dinheiro com fertilizantes e mão de obra. Com as organizações construídas na cidade, os agricultores começaram a se organizar. Atualmente existem cerca de seis organizações operando na cidade.

No entanto, ainda falta a gestão municipal fornecer assistência técnica para que as pessoas possam melhorar seus produtos. É notória a urgência de políticas comunitárias que ajudem e promovam a vida rural, como a formação profissional direcionada e muitas opções recreativas e culturais. Há necessidade de aumentar a conscientização sobre os problemas causados pelas pessoas que saem das áreas rurais e levantar essa questão para que as condições do dever de casa permaneçam justas onde estão.

No campo educacional, o município possui 15 escolas públicas sendo 1 estadual. Dentre elas, 5 estão lotadas na zona urbana e 10 distribuídas em localidades rurais. Todas as escolas possuem prédio próprio, água, energia elétrica da rede pública, esgoto sanitário por fossa, oferece alimentação escolar para os alunos e atendimento educacional especializado.

Gráfico 1: Evolução do IDEB em São Miguel das Matas (2005 – 2021)



A taxa de escolarização do município de São Miguel das Matas entre 6 a 14 anos de idade está em 98,7%. Atualmente possuem 1.376 matrículas no ensino fundamental e 351 no ensino médio, sendo 106 docentes no ensino fundamental e 12 no ensino médio (o município possui apenas uma instituição que atende ao ensino médio). Acompanhamos na imagem acima (gráfico 1) a evolução do índice de desenvolvimento da educação básica no ensino fundamental do ao de 2005 até o

ano de 2021 e, atualmente, a Educação municipal registra o IDEB aproximado a 4,0 pontos, abaixo do registro projetado de 4,7 para o ano de 2021.

4. EDUCAÇÃO DO CAMPO: ACESSO E PERMANÊNCIA DE SUJEITOS DO CAMPO A ESCOLA BÁSICA

É inevitável negar que o capitalismo, ao longo dos anos, teve potencial de produzir um novo contorno da realidade rural/campo. Desse modo, sendo constantemente remodelado, favorável ao capital, de forma que nem sempre bem definidas, fruto das contradições. “É a conduta de produção capitalista que influencia a sociedade atual. É a incompatibilidade da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado que move o nosso século e lhe dá a sua fisionomia” (KAUTSKY, 1972, p. 17)

Torna-se necessário entender que o processo fundamental dessa travessia é o de acúmulo de capital. Esta acumulação é chamada de primitiva, pois é considerada como gênese do capitalismo. Diante disso, vem a indagação: como foi possível ocorrer esta acumulação? Resumindo é resultado de um longo período histórico, em que foi necessário ocorrer a desagregação de uma organização econômica contemporânea, a feudal, para uma nova estrutura econômica, qual seja, a capitalista (MARX, 2003, p. 828).

Durante a transição do feudalismo para o capitalismo sucederam dois processos simultâneos: a expropriação das terras comuns dos camponeses, que eram servos, e a sua proletarização - transformados em operários nas manufaturas e indústrias que surgiam.

A origem do capitalismo pode ser encontrada no processo de desintegração do chamado feudalismo. A transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados, a retirada dos meios de produção desses últimos (ferramentas e instrumentos agrícolas, terras etc.), a formação de uma classe burguesa e o desenvolvimento do comércio estão entre as causas originárias do capitalismo (PINTO, s/d. - Grifo nosso).

No mesmo contexto, “a burguesia medieval implantou uma nova configuração à economia europeia na qual a busca pelo lucro e a circulação de bens a serem comercializados em diferentes regiões ganharam maior espaço” (SOUSA, s/d). De forma resumida, compreendemos como surgiu o comércio, as cidades, os

burgueses, a oposição entre terra e capital, entre campo e cidade, e o surgimento do capitalismo. Na condição do campo já existiam os senhores feudais e os servos, diante disso, surgem os donos do capital, os burgueses, e os trabalhadores “livres”. E a mão de obra, os trabalhadores, passou a vender sua força de trabalho aos proprietários de terras e/ou das manufaturas/indústrias.

Para Marx (2003, p. 828),

[...] o meio que cria o sistema capitalista equivale apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que torna em capital os meios sociais de conservação e os de produção, e converte em assalariados os produtores diretos.

Nesse sentido, os desempossados são obrigados a venderem sua força de trabalho para os donos do capital, aos proprietários da terra, dos meios de produção e sobrevivência.

Vale salientar que, o modo de produção capitalista, no seu estágio mercantilista, teve sua inserção no campo, no Brasil, desde o começo da colonização, ou seja, a partir do século XVI. No decorrer de muitos séculos imperou no Brasil um sistema agrícola que agregava latifúndio, monocultura e trabalho escravo. A classe mais rica da população era composta por senhores de engenho e os grandes comerciantes, que importavam e exportavam mercadorias de toda ordem. Inferiormente a esta camada mais rica estavam os trabalhadores livres pobres.

A prática da educação brasileira tem relação direta com o modo de produção capitalista, em que a escola atribui o papel de indústria tendo como produto final o aluno. De acordo com Enguita (1989), na idade Média, nomeadamente no Feudalismo, a sociedade era estratificada em camadas sociais e a condição de classe era dada pela circunstância do nascimento. A posição na sociedade e mesmo a ocupação eram transmitidas de pai para filho, como se fosse uma determinação divina.

Nesse modelo de produção, a tarefa ainda era admitida como atividade para a manutenção e reprodução da espécie. Produzia-se para sobreviver, mesmo que a ordem social fosse injusta. Enguita (1989) afirma que a travessia do feudalismo para

o capitalismo simboliza mudanças importantes e profundas no modo de produzir e reproduzir a existência humana. Com o capitalismo, o processo de trabalho foi sendo estruturado e conduzido de forma a incentivar a produtividade, a redução de custos e a consolidação do regime de acumulação do capital. À vista disso, a escola se moldava às imposições do mundo do trabalho organizando, o trabalho pedagógico de forma rigidamente hierarquizada e centralizada, com o propósito de assegurar a disciplina necessária à vida social e favorável.

Ciente que cada modelo de produção exige estipuladas capacidades e habilidades por parte dos trabalhadores, o capital espera que, através da educação, sejam adequados os novos perfis de trabalhadores para se enquadrarem às novas condições dos mesmos. Nesse ponto de vista, para fortificar a política neoliberal e compor as novas obrigações impostas pelo capitalismo, as leis educacionais adaptaram-se, procurando proporcionar ao aluno uma formação que atenda às condições de qualificação impostas pelo mercado de trabalho, lançando sua função social, que é o progresso com vistas à necessária emancipação humana.

Perante essa proposição Gadotti (1997, p. 50) justifica:

Como mercadoria o homem não possui valor em si. Seu valor deriva da relação de troca, enquanto está na origem do lucro, da mais valia e da acumulação do capital. O trabalhador, diz Marx em *O Capital*, sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios.

No panorama de preparação para o trabalho trouxe avanços qualitativos uma vez que, no contexto atual, se torna importante que os educandos sejam preparados para adentrar nesse novo mercado de trabalho. Apesar de que, a educação contribua para uma certa conformação do homem à realidade material e social, ela deve viabilizar a clareza dessa mesma realidade com a finalidade de transformá-la.

Analisando o papel que a educação vem assumindo na sociedade capitalista, apontando os seus limites, possibilidades e contradições, num processo contraditório. Em cada planejamento surge uma nova situação histórica que impõe

aos indivíduos a conquista de novas possibilidades de realização das necessidades, piorando o gênero humano, do qual o desenvolvimento caminha para a universalização de sua história e a ampliação das individualidades. A situação complexa das relações sociais impôs ao homem a criação de outras atividades que tenham a função de mediar a reprodução social. Manifesta-se, portanto, a educação, atividade estabelecida pelo trabalho (ENGUITA, 2001).

Dessa forma a educação ergue-se como uma atividade que, além de repassar o saber historicamente acumulado pelos homens, representa na parcialidade, incentivando os indivíduos para dotarem desta ou daquela maneira. Em outras palavras, a educação foi formada pelo trabalho como uma atividade fundamental no processo de reprodução social. Seu princípio desde o início da existência humana, quando esta, constituída pelo trabalho, iniciou um movimento que garantiria às gerações mais novas o aprendizado da experiência acumulada pelos homens ao longo do tempo. A educação surgiu no instante em que o homem se fomentou como ser social. Essa inquietação é fundamentada pelo trabalho.

Faz-se necessário considerar que o complexo da educação varia de acordo com as prioridades de cada organização social em cada época histórica. A educação serve para a reprodução social. Na sociedade de classes sob o auxílio do capital torna-se um locus privilegiado para a reprodução das relações sociais dependentes. Desse modo, a classe dominante faz da educação um espaço fecundo para a disseminação de seus interesses.

A educação, no sistema capitalista equivale a uma educação propensa para atender às necessidades do capital. As atividades atribuídas à educação são como uma atividade humana que resolveria todos os problemas da humanidade diante da promessa da redução da pobreza, viabilização da ecossustentabilidade e da promoção da paz no mundo.

Na prática, a responsabilidade de muitos papéis à educação é decorrente da crise vivida pelo capital, crise essa que ataca todos os âmbitos da vida humana, inclusive na educação. O problema da crise da educação já foi discutido por Tonet (2003) e Mészáros (2006). Ao se referir à educação formal, este autor afirmou que “a crise atual da educação formal é apenas a ‘ponta do iceberg’”. E ainda,

A crise das instituições educacionais é então indicativa do conjunto de processos dos quais a educação formal é parte constitutiva. A questão central da atual “contestação” das instituições educacionais estabelecidas não é simplesmente o “tamanho das salas de aula”, a “inadequação das instalações de pesquisa” etc., mas a razão de ser da própria educação. (MÉSZÁROS, 2006, p. 275).

Reformulando, a crise na educação tem como base a crise do trabalho alienado. É nessas circunstâncias que é posto o problema da nova redefinição que é atribuída a educação como a atividade humana que resolve todos os problemas da humanidade: redução da pobreza, fator de desenvolvimento econômico. Pode-se perceber que a função atribuída à educação como a redentora das desigualdades sociais como se elas não fossem produzidas pelo tipo de organização social em que os homens são explorados pelos próprios homens – é uma ilusão que mantém os indivíduos presos à lógica do capital (LESSA, 2005).

Partindo dessa suposição, a educação aparece como a maior inquietação dos pensadores neoliberais no contexto da crise estrutural do capital, consequência que ela passou a ter como um elemento importante na competição internacional e no desenvolvimento das economias dos países considerados em desenvolvimento, como o Brasil.

A educação do campo tem encontrado um lugar na agenda política a nível municipal, distrital e provincial nos últimos anos. Devido às necessidades das organizações comunitárias e das organizações de trabalhadores rurais, a educação do campo traz um novo olhar sobre o campo, o agricultor ou o trabalhador rural, fortalecendo a ética de classe na luta pela educação. Ao contrário da percepção dos pobres e rurais como o mesmo conceito e formação arcaica, o conceito de educação do campo é mais importante do que o conhecimento da prática social e enfatiza o ambiente rural como local de trabalho, moradia, recreação, socialização, propriedade, em vez de criar novas oportunidades de reprodução social e desenvolvimento sustentável.

Organizações da sociedade civil, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tencionam o Estado sobre a existência de programas sobre a oferta de educação comunitária e qualificação profissional para atuar nas escolas do meio rural. Atualmente, as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação estão organizando eventos de formação de professores e seminários

voltados à discussão/construção de políticas de educação do campo de base comunitária.

Além disso, a experiência desse tipo de parceria, entre organizações da sociedade civil, governos e universidades, vem sendo desenvolvida no Brasil com o objetivo de formar professores. Cerca de 28 projetos de reforma agrícola migratória estão em desenvolvimento no país, sendo 20 cursos de Pedagogia da Terra. Os estudos de Pedagogia da Terra, por exemplo, já existem em cerca de 23 estados do Brasil, pois surgiram na Universidade de Ijuí (RS) em 1998. Educado para a Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997, tem sido uma importante iniciativa educacional para a transformação agrícola. No Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) existem projetos de alfabetização de jovens e adultos, escolarização e formação de pessoal em comunidades de transformação agrícola, além de projetos de formação inicial como Pedagogia da Terra e cursos de educação do campo. Existem projetos de educação em andamento, como *a nossa abordagem* educação em casa. As disciplinas de Língua, História, Geografia e Agronomia também estão sendo desenvolvidas no contexto do Pronera.

Pensando as concepções e princípios da Educação do Campo, é preciso apontar o Estado no avanço da expansão rural e as preocupações com o atraso educacional que assolava as áreas rurais no início do século 20 no Brasil. Nos cursos da educação rural, o homem do campo era visto como um exemplo de atraso, e a política educacional era formulada de acordo com os interesses capitalistas que existiam em cada área. Na década de 1960, Freire

(...) revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos (Leite, 1999, p. 43).

Além da experiência desenvolvida por Paulo Freire, as Escolas Familiares Agrícolas (EFAs) que chegaram ao Brasil na década de 1960 e as Casas Familiares Rurais (CFRs), que ocorreram em Alagoas e Pernambuco, se espalharam pela região sul do Brasil, entre 1989 e 1990 (Andrade & Di Pierro, 2004), a história da educação brasileira mostra a importância da educação voltada para "formar e ensinar" as "sujeitas rurais" rústicas.

As EFAs e CFRs têm filhos de pequenos produtores como sujeitos primários e utilizam a Pedagogia da Alternância, que se caracteriza por um projeto de ensino que combina atividades escolares com outras atividades planejadas para o desenvolvimento do aluno.

Na década de 1980, com o aumento do número de empregos e assentamentos previstos para o MST, as questões de educação para agricultores e trabalhadores rurais ganharam maior destaque. A presença de um pequeno número de escolas e o trabalho e conteúdo refletido nas ideias de cidade brasileiras possibilitam à organização social iniciar novas experiências e produzir documentos que reflitam necessidades e oportunidades na formulação de políticas públicas para a educação do campo. A organização social levanta a questão da educação do campo e propõe a educação do campo como uma nova forma de direcionar as políticas e métodos de ensino vinculados aos trabalhadores rurais. Na verdade, ele coloca as questões da classe dominante expressas na teoria da educação do campo e o conflito da produção capitalista.

Fernandes e colaboradores (2004, p. 25) afirmam que a utilização do fórum foi adotada por considerar "(...) a definição atual do trabalho dos agricultores e as lutas sociais e culturais de grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência". O objetivo óbvio é salvar as mentes dos agricultores. A descrição do campo é a seguinte:

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (...). (FERNANDES et al., 2004, p. 137)

Desde a criação do Setor de Educação (1987), responsável por planejar e organizar propostas e procedimentos de ensino para escolas em centros residenciais e de transformação agrícola, o MST desenvolveu um processo para fortalecer a necessidade e promover práticas relacionadas à política educacional. A educação ganhou espaço dentro do próprio MST, que tinha como importante as estratégias políticas e a aquisição de terras. A primeira preocupação surgiu junto às crianças dos acampamentos e assentamentos, destacando a necessidade de

construir escolas e colocar as crianças em um ambiente de educação formal. Mais tarde, a reflexão sobre a prática educativa ocorreu e formou fórmulas sobre o movimento social como ambiente de aprendizagem (GOHN, 1992).

Os trabalhos de autores como Caldart (2000) demonstram os sucessos e desafios do projeto de ensino do MST. Arroyo (1989) enfatiza a existência de uma pedagogia que vai além da escola, organizada pelo movimento social, no funcionamento social.

Existem organizações comunitárias, por exemplo, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), que desenvolve diferentes projetos para escolas rurais, a partir do suporte teórico da obra de Paulo Freire. As Casas Familiares Rurais, dentro dos limites da infraestrutura e da política, se propõem a atender as necessidades escolares dos filhos dos pequenos agricultores. Eles estão organizando um projeto pedagógico baseado na Pedagogia da Alternância, para que os filhos dos agricultores possam estabelecer a comunicação entre o conteúdo escolar e a experiência em um pequeno espaço.

As discussões sobre a educação do campo se intensificaram no âmbito do MST, principalmente no planejamento comunitário, como a 1ª Conferência Nacional de Professores da Transformação Agropecuária (1997) e a Conferência Nacional de Educação Básica do Campo (1998). Na década de 1990, várias províncias organizaram projetos de Educação de Jovens e Adultos, compilando informações sobre a definição do Programa Nacional de Reforma Agrária (1998).

A realização da Conferência Nacional de Educação Básica no Campo fortalece o plano de integração da educação do campo ao sistema político. A ação prévia (experiências, reuniões, documentos, etc.) da organização social, com base em, foi fundamental para a produção da Conferência. Um encontro entre organizações internacionais (UNICEF, UNESCO) e organizações nacionais como a CNBB fortaleceu a luta pelo direito à educação e o respeito à experiência educacional do MST. São esses espaços públicos de debate e formação política que fortalecem a formação de uma política comunitária de educação do campo.

O lançamento do Programa Nacional de Reforma Agrária para a Educação, em 1998, marca o fortalecimento da educação do campo na política educacional;

demonstra o poder da mobilidade social, dominada por uma coleção de experiências e informações locais.

Um marco na integração da educação do campo à política educacional pode ser apresentado na LDB 9.394/96, que confirma, em seu artigo 28, a possível transformação da educação e das práticas do campo no campo; adequação da organização escolar e adequação do calendário escolar.

Posteriormente, aprovou as Diretrizes para a Educação Básica das Escolas Rurais, destacando:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana. (Brasil, 2001, p. 1)

Registra-se ainda, nas Diretrizes, a possibilidade de elaboração de

Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (Brasil, 2001, p. 25)

As conferências estaduais acontecem em vários estados do Brasil. Após os I e II Seminários Estaduais do Paraná, foi possível confirmar a presença de diretores de escolas municipais e estaduais, professores de Casas Familiares Rurais, técnicos da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, representantes do MST, especialistas de universidades estaduais, entre outros. O Seminário estabeleceu-se como uma comunidade de aprendizagem, partilha e esclarecimento de sugestões e colaborações.

Ressalta-se que esse tipo de organização - Encontros e Conferências - precisa se adequar a cada situação e buscar a compreensão entre os personagens da educação do campo. Eles representam o planejamento prático, no governo e na sociedade civil e no movimento. É um espaço de formação contínua, pensamento integrado, relatos de experiência e esclarecimento de propostas para todos os níveis de ensino, proporcionando um conteúdo claro do que se quer ver discutido, quando se trata do campo como área cultural e de propriedade. Destaca o encontro entre as organizações da sociedade civil organizada e o Estado, possibilitado por comícios políticos na abertura do governo para negociar com a classe trabalhadora.

Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Permanente, Alfabetização e Diversidade (SECADI)² na Secretaria de Educação, onde há uma integração da educação do campo. Também no MEC foi elaborado o Grupo de Trabalho Permanente (GPT) para a educação do campo e elaborou um documento intitulado “Referências para uma política nacional de educação do campo”. O Grupo proclama dois fundamentos da educação do campo: a superação das divisões entre o campo e o urbano; relações mundiais diversas e abertas.

Destaca-se também, em 2004, a Conferência da Educação Básica do Campo, com cerca de 1.100 participantes. A proclamação final da Convenção deixa claro o propósito de planejar, com base na educação, o projeto de uma sociedade justa, equânime e democrática, que se oponha ao agronegócio e promova a realização de reformas agrícolas mais amplas.

Por isso, reiteramos, de acordo com Souza (2006), que o conceito de educação rural reflete a visão do governo no início do século XX e as preocupações com o ensino técnico no campo, considerado um atraso. A educação do campo, por outro lado, reflete as ideias e os pontos fortes das organizações comunitárias rurais, na busca de uma educação comunitária que reconheça a identidade e a cultura do povo, em termos de desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável.

² No ano de 2019, em consonância com a agenda neoliberal anunciada, Jair Bolsonaro aprova o Decreto 9.465 que altera a estrutura administrativa do Ministério da Educação extingue a SECADI. A medida foi anunciada pelo presidente via rede social.

Embora o conceito de educação do campo tenha se fortalecido ao longo dos anos, vale ressaltar que o ambiente de ensino e a infraestrutura nas escolas públicas ainda são muito difíceis. Em muitos espaços as escolas passaram por um processo de nucleação - uma política municipal e/ou regional de encerramento de escolas e de abertura ou reforço de escolas localizadas nas aldeias centrais, vizinhas ou rurais. Assim, muitos alunos passaram a percorrer longas distâncias de casa para a escola, tendo que passar longas horas no ônibus escolar.

Em termos de prática docente, a situação também é pior. Os professores nem sempre possuem um alto nível de formação laboral na docência e poucos conseguem acessar bibliotecas ou recursos didáticos para aprimorar o trabalho docente que atenda à educação do campo e suas especificidades. São problemas - infraestrutura e educação - que estão na agenda das organizações locais.

No entanto, nesse estudo indicamos que é importante ressaltar o olhar de professores/as e gestores/as que desejam uma prática docente diferenciada, de modo a refletir o conteúdo da escola através das aulas ou vivências cotidianas dos alunos camponeses de forma contextualizada. Após essa síntese, destacando as concepções e princípios da educação do campo, passamos a pontuar alguns marcos sobre acesso e permanência de estudantes na escola básica.

4.2 Acesso e permanência de sujeitos do campo na escola básica

Nas relações sociais vigoram a permanente ideologia capitalista baseada na aparência da garantia do acesso e permanência do estudante na escola, compondo uma ideia histórica de educação para todos. Contudo, as condições de acesso do estudante das classes populares à educação são bem diferentes dos estudantes das classes dominantes.

O acesso e a permanência do estudante na escola ocorrem de acordo com as determinações do sistema, composto pela forte aparência de que há a oferta de educação para todos, entretanto o que se percebe na prática é uma realidade em que o filho do trabalhador recebe uma educação determinada pela classe dominante, que nada mais é que a dominação cultural.

Com o fechamento de todas as escolas rurais/do campo, o acesso e permanência à educação se configura de outra forma para os sujeitos do campo. Há a oferta do ensino, mas nas condições determinadas pelo Estado, que se utiliza da linguagem baseada no padrão precário das escolas rurais isoladas, para aliciar a conceitos de que a educação da cidade é melhor que a educação do campo.

Ainda assim existe a noção de que a fusão dos estudantes em uma única escola contribui na aplicação de recursos, na formação de professores, no processo de ensino e aprendizagem. Este fundamento justifica um modelo homogêneo na educação.

Na dependência de uma educação igual para todos, com a mesma finalidade de recursos, professores formados, material didático de qualidade, currículo igualitário, cria-se uma visão contraditória, pois o acesso e permanência não são os mesmos para os alunos do campo que os da cidade, ao contrário, crianças de regiões mais distantes do município ficam horas no transporte escolar até chegar a escola, geralmente saem cedo de casa e chegam tarde, o que se torna uma jornada cansativa.

A educação destinada aos filhos dos trabalhadores rurais/ do campo, devido ao descaso político e abandono das escolas rurais, sucedeu-se em um meio de exclusão social. A implicação da responsabilidade do fracasso escolar, a falta de interesse do estudante e das famílias, leva a crer que, o Estado está fazendo sua parte quanto ao direito à educação, todavia, a população não dá valor ao que recebe. Pontos de vista assim são comuns em nossa sociedade, até mesmo entre a classe trabalhadora.

O acesso à educação das classes populares está como sempre esteve condicionado aos interesses do aparelho de Estado (Machado, 1987), que dentro do seu próprio sistema mantêm e determina os níveis e a oferta de ensino, isto é, o aparelho do Estado federal determina todas as modalidades e níveis de ensino.

No contexto histórico construiu-se uma cultura de exclusão dos sujeitos do campo de um sistema de ensino de qualidade:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político ideológica da oligarquia agrária,

conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 2002, p.12).

Segundo Leite (2002), a educação rural/do campo, não recebeu o mesmo procedimento que as escolas urbanas. O próprio sistema determinou ao longo do tempo a exclusão e expulsão dos sujeitos do campo, vítimas das circunstâncias de pobreza e abandono social.

Apoiada nos princípios de igualdade, solidariedade e inclusão social, nem sempre essas hipóteses são garantidas pelo sistema de ensino e pelo poder público.

A escola não é um espelho passivo, mas uma força ativa, uma força que também serve para legitimar as ideologias e as formas econômicas e sociais tão estreitamente ligadas a ela. E é exatamente essa ação que precisa ser desvelada (APPLE, 1982, p. 67).

Este apontamento descrito pelo autor exhibe a condição da escola, como promotora da libertação, ou ao contrário, de reprodução de um modelo social excludente. Bogdam e Biklen (1994) salientam que a atitude humana é influenciada pela conjuntura em que ocorre, desta forma, interessa-nos entender os princípios que resultaram por suprimir determinados grupos do sistema de ensino. Assim é fundamental saber como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas, para isso torna-se oportuno indagar continuamente os sujeitos da investigação.

Se, na lógica do capital, a educação passa a estar a serviço do mercado, no contexto das políticas neoliberais e generalistas existe a regulação da educação (SOARES, 2016). O Estado sustenta autoridade sobre políticas públicas de financiamento e avaliação da educação, desempenhando uma função de controle, regulação e fiscalização, sem apropriar-se das questões pedagógicas e formativas, muito menos a questões específicas como o direito à educação do/no campo.

A garantia à educação constitui-se em um dos direitos do cidadão. “Essa garantia é dada a todas as crianças e jovens à escola pública, sendo permeada pelo planejamento e metas incluídas nos planos educacionais.” (RIBEIRO; JESUS, 2016, p. 139).

Apesar de assegurado legalmente o acesso e permanência à educação, requer organizações e serviços que confirmem sua efetivação, dentre os quais, formação de profissionais, materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos e infraestrutura escolar. “Esses produtos e serviços se relacionam a vários fatores econômicos, sociais e a forma de planejamento, atuação e colaboração entre federados, proporcionada pela assistência técnica e financeira.” (RIBEIRO; JESUS, 2016, p. 140).

A fragilidade da educação é uma controvérsia dessa sociedade em que a hegemonia mundial da classe dominante, determina os protótipos educacionais existentes, através da universalização do sistema de ensino, colaborando para a sobrevivência da classe trabalhadora e não para sua emancipação. Para a manutenção do sistema, constituem falsas expectativas e ideologias, que facilmente são aceitas em sociedade devido a autenticidade que se apresentam mediante a comprovações de estatísticas gerais. Identificar a verdade exige uma observação em cada contexto separado em toda completude. Como exemplo, um município como São Miguel das Matas-BA, onde a maioria da sua população é rural, a maioria dos alunos são do campo: o que justifica falta de alunos nas escolas rurais?

Ao fechar as escolas rurais/do campo, as condições de acesso e permanência à educação de estudantes da zona rural torna-se um desafio. Obriga a um padrão educacional, de uma maneira como se a garantia da qualidade do ensino estivesse vinculada às escolas urbanas. É a contradição, que para garantir o acesso à educação, dificulta o acesso para o estudante do campo.

O campo como um lugar de vida como também de resistência vem sido historicamente destruído através de processos que impossibilitam a permanência de famílias no campo, a exemplo do fechamento das escolas do campo, fruto de um projeto da classe dominante.

Uma das conquistas das lutas sociais contra as desigualdades vividas pelas escolas do campo foi a Lei nº 12.960, de 27 de Março de 2014, sancionada pela ex. Presidenta Dilma Rousseff no qual alterou o artigo 28 da LDB nº9394/96 com o acréscimo do parágrafo único, estabelecendo que para o fechamento das escolas do campo é preciso ter o consentimento da comunidade e um diagnóstico precedido pelo respectivo sistema de ensino e o consentimento de órgãos normativos, a

exemplo do Conselho Municipal de Educação. Apesar da Lei, muitas escolas continuam a cada dia sendo fechadas e as comunidades ainda não tomaram consciência da importância das mesmas para seus filhos, ainda continuam com o pensamento de que o melhor lugar para seus filhos estudarem é na cidade, esquecendo-se de valorizar o campo, a comunidade onde vivem e trabalham. As escolas do campo que ainda permanecem abertas, em sua maioria, têm uma educação totalmente descontextualizada, não levando em consideração a história da comunidade a qual ela está inserida como também a história de vida daqueles sujeitos.

Segundo dados do Censo Escolar do INEP, nos últimos vinte e um anos (2000-2021), há um total de 151.785 escolas fechadas no Brasil, sendo 104.385 nos territórios rurais e 47.400 nos territórios urbanos. Esses fatores evidenciam a negação do Direito à Educação dos povos camponeses, indígenas e quilombolas e impactam negativamente na qualidade dos processos educativos dos sujeitos em seus territórios.

Segundo Alentejano e Cordeiro (2019), entre 1997 e 2018 foram fechadas quase 80 mil escolas do campo no Brasil, totalizando quase 4 mil escolas por ano e ainda afirmam:

“A gravidade destes números por si só aponta para o absurdo de se continuar fechando escolas no campo, mas infelizmente o fechamento de escolas se transformou em prática generalizada no país, pois, só três estados – Roraima, Amapá e Mato Grosso do Sul – abriram mais escolas no campo que fecharam ao longo destes anos. Porém, o problema é especialmente mais grave no Nordeste, onde foram fechadas mais de 40 mil escolas, isto é mais da metade do total de escolas fechadas no campo no país, sendo que a Bahia foi o estado que mais fechou escolas no campo no período, com 12.815 mil escolas fechadas.” (ALENTEJANO E CORDEIRO,2019).

Inserido nesse contexto, buscamos informações sobre o fechamento de escolas do campo no município de São Miguel das Matas e não recebemos a informação em tempo hábil para registro. Vários motivos influenciam para essa realidade de escolas fechadas, aqui destacamos a negligência de poderes governamentais dando pouca ou quase nenhuma atenção no que diz respeito a políticas públicas que favoreçam a permanência dos sujeitos do campo e, conseqüentemente, o não fechamento das escolas. Não tivemos registros

documentados de quantas escolas foram fechadas no município de São Miguel nos últimos anos, porém é notório que em algumas comunidades, as que não foram derrubadas se transformaram em moradias para famílias carentes.

Para Moretti (2016, p.244) o direito à educação no Brasil não ocorre da mesma forma para todos, o que é um desafio a ser superado. A autora atenta-se na existência de grupos que historicamente foram excluídos pelo paradigma do sistema de ensino, como é o caso dos negros e indígenas que foram submetidos à cultura europeia.

As questões da discriminação e exclusão, habitualmente acontecem com aqueles que estão à margem da sociedade, frutos da organização social capitalista. Pois sempre existe uma cultura determinante, que tenta impor a educação, tirando dessas populações o direito de receber uma educação de qualidade e correspondente as suas reais necessidades.

A existência legal do direito à educação ainda é na realidade um grande desafio, a julgar por que a exclusão, a desigualdade e a discriminação são de grande potencial em nosso meio.

Com o sistema capitalista, a educação se engajou no processo de mercantilização, concebendo o acesso como um serviço, “disponibilizado desigualmente aos diferentes perfis de consumidor existentes na sociedade, configurados pelo poder aquisitivo de cada indivíduo.” (HAGE, 2016, p. 260). Neste sentido são incorporadas questões gerenciais a ambição no sistema educacional, utilizando princípios da meritocracia, competitividade, hierarquização, ranque como sinônimos de qualidade e emancipação.

A conquista ao acesso à educação é resultado de lutas históricas, da mesma maneira que as normatizações que “definem o reconhecimento da Educação do Campo enquanto política pública e seus impactos no processo negação e de violação de direitos que ainda persistem na oferta escolar no meio rural.” (HAGE, 2016, p. 261).

No contexto histórico do nosso país, a educação sempre foi prioridade da classe dominante, que possuía condições para pagar professores particulares ou de matricular os filhos em outras cidades. A exclusão da classe trabalhadora dos processos educativos aparece de forma disfarçada nos relatos, atualmente

registrados. Por isso, faz-se necessário atentar-se as novas formas de organização do sistema, que costuma, silenciosamente, impor novas formas de alienação e submissão do homem do campo.

O fechamento das escolas do campo, e a centralização de estudantes em escolas urbanas é consequência de um processo histórico, em que o sujeito do campo fica à mercê da vontade política estabelecida pelo sistema capitalista (MAZUR, 2016).

A Constituição de 1988 foi um importante marco para a educação brasileira, nela, os direitos sociais e políticos foram evidenciados, dentre eles, o acesso de todos os brasileiros à educação escolar ao afirmar “o acesso e gratuidade ao ensino como direito público subjetivo” (Art. 208).

Aos pobres além da exclusão do sistema de ensino, não eram amparados juridicamente quanto à efetivação de seus direitos sociais (POMPEU, 2005, p.94). A realidade de novas leis, não acabou no fim das desigualdades sociais, tornou-se algo distante daqueles que confiaram na justiça. O direito à educação só pode ser consolidado quando há escolas para todos.

A educação, compreendida como direito por meio do qual outros direitos podem ser conquistados e/ou garantidos, ainda não se implementou. As políticas sociais tem em vista a garantia do direito ao acesso e a permanência, e por mais determinante que sejam, não garantem que a educação oferecida tenha qualidade social. Nesse sentido a questão que conduz esse raciocínio é a seguinte: Garantidos o acesso e a permanência na escola, o que é necessário para que as políticas e práticas possam viabilizar uma educação de qualidade social nas escolas públicas?

O debate associado à proteção do direito à educação de qualidade social não se desvincula da reflexão quanto ao âmbito das políticas públicas na atualidade. Certo de que é indiscutível que as políticas educacionais atuais estão alinhadas ao modelo neoliberal. Do ponto de vista neoliberal, a educação, mesmo que pública e gratuita, está exposta a uma visão de mundo claramente capitalista. Duramente a educação passa a interessar para complementar os vácuos do mercado, preparando mão de obra, de preferência barata, para alicerçar a economia (PACIEVITCH, MOTIN; MESQUIDA 2008, p. 4608).

Mas o debate sobre o conceito de qualidade da educação não é recente. Não há acordo quando se trata de termos como qualidade e avaliação em educação. Releituras do conceito de qualidade surgem, apesar de que, os conceitos tradicionais, provenientes do campo da administração, não sejam obsoletos. Segundo Dourado e Oliveira (2009 p. 203), é primordial o entendimento de que “qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, quer dizer que, a relevância do referido conceito relaciona-se às demandas e exigências sociais de um dado processo histórico”

Segundo Oliveira e Araújo (2005 p. 06), a demanda da qualidade em relação ao campo da educação foi tradicionalmente entendida de três formas:

Na primeira, a qualidade determinada pela oferta insuficiente; na segunda, a qualidade percebida pelas disfunções no fluxo ao longo do ensino fundamental; e na terceira, por meio da generalização de sistemas de avaliação baseados em testes padronizados.

As contestações em relação a discussão em torno do conceito de qualidade, devido à incerteza do termo, oportunizam que setores e grupos de interesses contrários compatibilizem quando se trata do termo qualidade. Como explica Enguita, a qualidade sucedeu-se:

Uma palavra de ordem mobilizadora, em um grito de guerra em torno do qual se devem juntar todos os esforços. Por sua polissemia pode mobilizar em torno de si professores que querem melhores salários e mais recursos e os contribuintes que desejam conseguir o mesmo resultado educacional a um menor custo; os empregados que querem uma força de trabalho mais disciplinada e os estudantes que reclamam maior liberdade e mais conexão com seus interesses; os que desejam reduzir as diferenças escolares e os que querem aumentar suas vantagens relativas (ENGUITA, 1994, p. 95-96).

Na década de 1970 houve uma forte aptidão chamada Pedagogia da Qualidade Total, modelo originalmente aplicado a administração de empresas. Cosete Ramos, autora que surgiu com o discurso da Qualidade Total no contexto educacional, esclarece que “os teóricos da Qualidade Total comumente conceituam qualidade como o atendimento dos interesses, desejos e necessidades do cliente” (RAMOS, 1992, p. 17).

No período das décadas de 1980 e 1990, com a publicação da Constituição Federal (1988), a Conferência Mundial de Educação de Jomtien (1990), a aprovação da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), e os ajustes econômicos realizados após a abertura política, os impactos e interferências dos organismos internacionais em relação às políticas educacionais passaram a ser mais lesantes, tendo como objetivo a instalação e expansão do ideário neoliberal.

De acordo com Souza e Oliveira (2003, SILVA 2009, p. 219),

Nas políticas sociais do país, ocorre uma transposição direta do conceito de qualidade própria dos negócios comerciais para o campo dos direitos sociais e, nestes, a educação pública. A participação ativa e constante de técnicos dos organismos financeiros internacionais e nacionais na definição de políticas sociais, especialmente a educação, objeto deste estudo, demonstra a adoção do conceito de qualidade, do âmbito da produção econômica, em questões da educação e da escola, em um processo de descaracterização da educação pública como um direito social.

Comprovando o entendimento neoliberal do conceito de qualidade, segundo o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), é dever do Estado oferecer educação escolar pública que garanta, entre outros,

[...] padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Ainda com o mesmo sentido, o Decreto nº 6.094/2007, documento que regulamenta a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, determina que:

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Nessas declarações oficiais, a qualidade em educação é relacionada a dados quantitativos, que desconsideram a diversidade de circunstâncias nas quais as instituições escolares estão inseridas e, de sujeitos que integram a comunidade escolar. Por isso é possível sustentar que o conceito de qualidade implícito nessas políticas é mercadológico.

Segundo Silva (2009, p. 223), “a qualidade social na educação não se restringe a fórmulas matemáticas muito menos a resultados definidos por medidas incomplexas descontextualizadas”. A autora demonstra as características de uma escola de qualidade social:

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas (SILVA, 2009, p. 223).

Particularmente, na instituição escolar existem atributos que constituem a educação de qualidade social e podem ser instituídas por meio dos documentos internos (Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar) e de diferentes encaminhamentos, tais como:

[...] a organização do trabalho pedagógico e gestão da escola; os projetos escolares; as formas de interlocução da escola com as famílias; o ambiente saudável; a política de inclusão efetiva; o respeito às diferenças e o diálogo como premissa básica; o trabalho colaborativo e as práticas efetivas de funcionamento dos colegiados e/ou dos conselhos escolares (SILVA, 2009, p. 224).

A qualidade social da educação escolar também tem influência com fatores externos a instituição (SILVA, 2009, p. 224). Esses fatores podem ser socioeconômicos, socioculturais, financiamento público adequado e compromisso dos gestores centrais.

Os motivos socioeconômicos referem-se às condições de moradia (incluindo a distância e as dificuldades de deslocamento), condições de trabalho (ou desemprego) dos integrantes da família e renda familiar dos responsáveis pelo estudante (SILVA, 2009, p. 224).

Referente as razões socioculturais que intervêm na qualidade social da educação: escolaridade, hábitos de leitura e espaços sociais frequentados pela família; tempo dedicado pela família à formação dos filhos; possibilidade de viagens e acesso a recursos tecnológicos em casa; atividades de lazer [...]; expectativas dos familiares em relação à escola e o incentivo sobre o futuro das crianças e dos jovens (SILVA, 2009, p. 224).

Na questão do financiamento público adequado diz respeito às questões relacionadas ao âmbito econômico, tanto na previsão dos recursos, como na execução e aplicação dos recursos no interior da escola. A atuação ética, a transparência administrativa e financeira na utilização dos recursos, igualmente a decisão coletiva referente a estes são fator determinante para a qualidade social da educação (SILVA, 2009, p. 224).

Referente os compromissos dos gestores centrais, essenciais para a qualidade social da educação, são: a formação dos docentes e funcionários da educação, possibilitando o ingresso dos profissionais por meio de concurso público; a formação continuada e a valorização da carreira dos profissionais da educação; a garantia de ambiente e condições favoráveis ao trabalho pedagógico significativo; o conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações (SILVA, 2009, p. 224).

Com base nos pensamentos de Silva (2009) sobre o conceito de qualidade social e sobre as características de uma escola de qualidade social, entende-se que, alcançar a qualidade social da educação sujeita-se de um conjunto de políticas públicas de vários setores que, emergem da intencionalidade do Estado, igualmente de posicionamentos e práticas condizentes dos profissionais da educação em diferentes níveis (desde os gestores centrais, até os professores e funcionários).

A construção do conceito de qualidade social no domínio da prática requer que os profissionais, desde a sua formação inicial, estejam aptos para projetar essa outra lógica. Em correlação aos profissionais que já atuam, compete aos sistemas

de ensino possibilitar a formação continuada que prepare os profissionais para estarem em alerta sobre as dimensões educativas e aos critérios avaliativos até então desconsiderados.

Faz-se necessário as modificações na escola, consequência da generalização do acesso à educação e das novas lógicas para a conquista da qualidade social. Nesse contexto, são percebidos avanços nas políticas, porém na prática ainda não. Considerando esses argumentos, passamos a contextualizar o argumento relacionando as reflexões as condições de acesso e permanência escolar na comunidade de Sucupira, em São Miguel das Matas – Bahia.

5. AS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR NA COMUNIDADE DE SUCUPIRA SÃO MIGUEL DAS MATAS – BAHIA

A educação do campo tem encontrado seu lugar na agenda política nos últimos anos. Fruto das lutas e demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo caráter de classe nas lutas em torno da educação.

Ao contrário da percepção dos pobres e rurais como o mesmo conceito e formação arcaica, o conceito de educação do campo é mais importante do que o conhecimento da prática social e enfatiza o ambiente rural como local de trabalho, moradia, recreação, socialização, propriedade, em vez de criar novas oportunidades de reprodução social e desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se que as escolas do município de São Miguel das Matas, *principalmente clientes*, são alunos da zona rural. No entanto, as práticas de ensino nessa área, muitas vezes, se expressam em uma perspectiva urbana, pois não estão direcionadas às necessidades e praticidades do meio rural.

O currículo escolar das escolas também não está vinculado aos problemas sociais encontrados pelos sujeitos existentes nessa esfera social, ou seja, a formação de propostas que vão ao encontro do currículo didático visando atender a “definição do campo”, refletindo sua importância para a sociedade como um todo.

A preocupação com a Educação no Campo e as políticas públicas de educação chegou ao campo como uma ampliação da contestação do modelo de escola urbana para o campo. No artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), nota-se um sentido para educação do campo, no qual salienta a imposição de os sistemas de ensino, realizar as propícias adequações às particularidades da vida rural e de cada região no elo em que diz respeito aos conteúdos curriculares, metodologias e organização escolar. Todavia, vê-se que a Educação no Campo enfrenta desafios em buscar uma educação contextualizada que atenda as reais questões dos estudantes que vivem no campo.

O Município de São Miguel das Matas hoje conta com um total de 15 escolas públicas, sendo 10 (dez) escolas na Zona Rural e 05 (cinco) na Zona Urbana, além de 02 (duas) escolas particulares e 01 (uma) estadual, localizadas na Zona Urbana. No ano de 2021 tivemos um total de 1.599 (um mil quinhentos e noventa e nove) alunos matriculados na rede pública municipal de ensino distribuídos da seguinte forma, segundo dados do IDEB (ver tabela 1):

Tabela 1: Número de estudantes – São Miguel das Matas 2021

TURMA	ZONA RURAL	ZONA URBANA
CRECHE	54 ALUNOS	125 ALUNOS
PRÉ- ESCOLA	127 ALUNOS	115 ALUNOS
ANOS INICIAIS	349 ALUNOS	257 ALUNOS
ANOS FINAIS	192 ALUNOS	380 ALUNOS
TOTAL		1.599 ALUNOS

Fonte: IDEB

A Escola professora Elza Pereira Malaquias, antiga escola Municipal Eraldo Tinoco, está localizada na localidade da Sucupira, zona rural do município de São Miguel das Matas - Ba a 220 km de Salvador, população 11.733 habitantes (IBGE: Censo 2010). A referida unidade escolar recebe o nome da professora que contribuiu muito com a comunidade, nascida no próprio município.

A Professora Elza Pereira Malaquias foi primeira professora a lecionar vinculada ao município na comunidade da Sucupira. Iniciou sua vida docente aos 16 anos exercendo sua atividade em sua própria casa, na sala de sua residência existia apenas uma mesa grande onde os alunos se acomodavam, não existia nem o quadro negro, todas atividades eram realizadas no caderno através de ditados. Após alguns anos, com o aumento de matrículas, a prefeitura municipal construiu um prédio próximo a sua residência onde a mesma deu continuidade ao seu trabalho com esforço e dedicação. Já nesse espaço existia um quadro negro janelas e mesas e cadeiras para os alunos, além da ajuda de uma auxiliar, com o passar dos anos professora Elza casou-se e foi morar distante da escola onde atuava, então ela prosseguiu seu trabalho em sua nova residência, posteriormente construindo outro espaço para lecionar, onde permaneceu por vários anos. Quando foi fundada escola

Eraldo Tinoco em 1982 ela permaneceu como professora durante algum tempo exercendo sua função, como relatos orais que exaltavam sua paciência e dedicação. Professora Elza faleceu aos 72 anos, no ano de 2019, deixando seu legado que contribuindo para formação de inúmeras pessoas desta comunidade.

A Escola Municipal Eraldo Tinoco, foi fundada em 20 de novembro de 1982, com autorização de funcionamento sob a Lei nº 20 de 20/11/1982, atuou até o ano 2000 apenas com Educação Infantil e Ensino Fundamental séries iniciais (1ª à 4ª série). A partir do ano de 2002 faz-se necessário a ampliação desta Unidade Escolar, através da Lei nº 63 de 27/03/2002 devido ao crescimento do número de alunos e para facilitar o acesso de todos à escola, visando à preparação de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, bem como no âmbito familiar e social, hoje trabalhando com Educação Infantil ao 9ª ano. Em 2007 foi implantado o regime de Nove Anos de acordo Resolução do CME 006/06.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2018), atualmente a Escola possui os seguintes níveis de educação: Educação Infantil (G 4 e G 5), Ensino Fundamental de 08 e 09 anos (séries iniciais, 6º ano ao 9º ano). Os alunos que compõe esta referida escola em sua maioria são negros, provenientes de famílias de baixa renda, sendo 100% da zona rural e que sobrevivem do trabalho agrícola. Salientamos que em virtude desta realidade muitos alunos trabalham na plantação e na colheita de produtos agrícolas para ajudar na renda familiar. A escola possui alunos com faixa etária entre 04 a 16 anos de idade. A maioria dos educandos encontra-se com renda baixíssima, 60% dependem de programas do governo federal como o auxílio Brasil (antigo bolsa família).

A referida escola atende uma clientela proveniente das localidades da Balança, Barra, Ponto da Serra, Canto Escuro, Pé de Serra, Liberdade, Rio Preto, Jaqueirão e Sucupira, funcionando nos turnos matutinos e vespertinos. O município de São Miguel das Matas, em especial, a região onde a Escola Eraldo Tinoco está localizada, tem como característica do setor primário a agricultura, tendo um grande desenvolvimento às plantações de mandioca e cacau onde muitos jovens dessa região buscam no setor educacional conhecimentos e informações para melhoramento de técnica que fortaleçam suas competências tanto individuais quanto coletivas.

Em relação à infraestrutura da escola, a mesma é rodeada de muralhas, dispõe de cinco salas de aulas, laboratório de informática/leitura/pedagógica, sala da direção e secretaria, cozinha, dispensa pátio, depósito para material de limpeza e material didático, um banheiro para funcionários/professores e 04 banheiros para os educandos. A escola dispõe de um amplo terreno que futuramente poderá ser utilizado para ampliação (figuras 4 e 5), atendendo assim a necessidade de uma biblioteca, área com cobertura, além de uma cantina com espaço físico adequado (PPP, 2018).

Essa estrutura física apresenta algumas carências, como por exemplo, sala de professores, espaço para prática de esportes, falta de água, quedas constantes de energia elétrica, falta de cobertura ligando o pátio central à sala de informática, instalação de internet no laboratório.

Esta instituição dispõe de 25 funcionários. Uma funcionária atua como Secretária Escolar, cinco na área de limpeza e merenda, dois como agentes de portaria, uma diretora, uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica e quatorze professores. Ambos compõem o quadro administrativo e pedagógico desta Unidade Escolar.

Atualmente - ano 2022 - o grupo gestor é composto por uma diretora, uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica e uma secretária escolar. A diretora é quem Coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais elementos do corpo técnico-administrativo-pedagógico.

As informações sobre a história da comunidade de Sucupira, onde se situa a escola pesquisada, e outras referentes às características socioeconômicas e culturais, estão nesse trabalho por meio de um levantamento de relatos orais dos moradores mais antigos da comunidade, pois não existem registros escritos sobre os fatos que deram surgimento a esta localidade. De acordo com Joutard (2000, p. 32) “um dos desafios da história oral é ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos, trazer a luz as realidades indescritíveis, quer dizer aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono”.

Segundo relatos orais, a denominação da comunidade da Sucupira tem origem na quantidade expressiva de árvores de nome sucupira na região, por isso o nome dessa comunidade. Os relatos apontam uma comunidade constituída por fazendas

de cultivo de café nas décadas passadas. Esses dados também foram coletados através dos agentes comunitários de saúde dessa comunidade. A localidade da Sucupira possui uma população aproximada de 600 habitantes, distribuídas em 129 famílias, mais da metade dessas famílias, dependem de auxílios do governo federal (SECRETARIA DE SAÚDE, 2022). Essa população é constituída em sua maioria de pequenos agricultores familiares, os quais cultivam principalmente produtos como mandioca e cacau.

A comunidade tem marco forte como fonte de renda a produção de beiju, produto derivado da mandioca, que são fabricados nas casas de farinhas da região e são exportados para outras regiões do país. Atualmente, institui-se enquanto forma de organização coletiva a Associação Comunitária Rural Da Agricultura Familiar Da Região Da Sucupira (acrasa) fundada desde 1996, e o grupo religioso católico, estabelecido na Igreja São Francisco.

Mesmo com a presença de organizações coletivas, segundo relatos, as famílias têm dificuldades no acesso aos seus direitos sociais. Em sua maioria, os camponeses não dão pra sobreviver apenas do trabalho familiar em sua pequena propriedade, então é necessário realizar atividades agrícolas em fazendas como diarista e meeiro. Na comunidade não existem serviços de saneamento básico. Então o abastecimento de água é realizado pela sua captação em poços e nascentes. No ano de 2018, por meio de emenda estadual foi adquirido poço artesiano para esta comunidade, beneficiando cerca de 40 famílias. Quanto ao destino do esgoto doméstico, é depositado em fossa, a maioria das residências possui sistema de fossa rudimentar. No que se diz respeito ao fornecimento de energia elétrica 98% das famílias possuem esses serviços (SECRETARIA DE SAÚDE, 2022).

Referente ao atendimento de saúde, este é considerável nível satisfatório, pois a comunidade possui posto de saúde com atendimento médico três vezes na semana, além de uma equipe de enfermeiros, acompanhamentos para as gestantes fazerem pré-natal, também conta com atendimento odontológico, atendimento fisioterapêutico e atendimento domiciliar garantido a pacientes acamados através do programa saúde da família (figura 6).

Um problema enfrentado pela comunidade escolar é a falta de manutenção das estradas, que nos dias chuvosos tem impedido o deslocamento de parte dos alunos. O meio de transporte escolar mais utilizado é o ônibus adquirido pelo programa federal Caminho da Escola.

As experiências dos estudantes nas escolas do município de São Miguel das Matas indicam uma realidade de atendimento de público advindo da zona rural, mesmo assim, as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse ambiente são retratadas numa perspectiva urbana, pois a mesma não está direcionada às demandas e realidades do campo. De forma contraditória à realidade, o currículo escolar nas escolas, também, não está vinculado às problemáticas sociais vividas pelos sujeitos presentes nesse meio social, ou seja, um delineamento de propostas que venham ao encontro de uma didática educacional direcionada ao atendimento da “especificidade do campo”, mostrando a importância do mesmo para a sociedade em geral.

Notam-se as dificuldades enfrentadas por cada criança e jovem no campo, nesse sentido foi realizada uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso sobre reflexões docentes sobre os desafios de permanência em escolas no campo na comunidade da Sucupira no município de São Miguel das Matas.

Figura 4: Foto da escola Elza Malaquias (2022)



Fonte: arquivo pessoal Angelica Silva, 2022.

Figuras 5: Interior da escola Elza Malaquias (2022)



Fonte: arquivo pessoal Angelica Silva, 2022.

Figura 6: Posto de saúde da comunidade da sucupira (2022).



Fonte: arquivo pessoal Angelica Silva, 2022.

Figura 7: Igreja São Francisco, comunidade sucupira e sede da associação de trabalhadores rurais – São Miguel das Matas, Bahia (2022).



Fonte: arquivo pessoal Angelica Silva, 2022.

Figura 8: Comunidade da sucupira em são Miguel das Matas, Bahia (2022)



Fonte: arquivo pessoal Angelica Silva, 2022

Neste trabalho foram entrevistados quatro professores da rede municipal de ensino, atualmente alocados na escola municipal professora Elza Pereira Malaquias.

Tabela 2: Caracterização dos participantes da pesquisa

Nome Fictício	Idade	Sexo	Cor/Raça	Tempo de serviço na Unidade Escolar
Salvador	49	F	Negra	20 anos
Recife	41	F	Parda	20 anos
Fortaleza	42	M	Parda	20 anos
Aracajú	45	M	Parda	30 anos

Fonte: Adaptação - Pesquisa de Campo Angélica Silva, 2022.

Considerando a tabela acima, para manter o sigilo e os princípios éticos da pesquisa utilizamos nomes fictícios de cidades. Consideramos o recorte de duas mulheres e dois homens, com idade entre 41 e 49 anos, três pessoas autodeclaradas pardas e uma negra, com experiência docente na escola entre 20 e 30 anos. Passamos a descrever participantes da pesquisa e refletir sobre o roteiro de questões da entrevista semiestruturada relevando o objetivo do estudo.

5.1 Entrevista com Salvador

Salvador é moradora da zona urbana, docente concursada há 20 anos, professora da rede municipal de São Miguel das Matas, leciona na Escola Municipal Elza Pereira Malaquias. É graduada em Língua Portuguesa (FACE) e Língua Espanhola pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), pós-graduada em Metodologia do ensino de Língua Portuguesa.

Para Salvador, os principais desafios da escola do campo é manter seu alunado frequentando, pois muitos procuram as escolas da cidade por considerar

mais atrativas, além de muitos alunos abandonarem os estudos para trabalhar para ajudar a sustentar a família. Segundo a entrevistada:

O principal desafio é tornar a escola mais atraente, dinâmica e conscientizar os alunos da importância de se ter uma escola de qualidade na região em que vive e priorizar essa educação (ENTREVISTA COM SALVADOR, 2022).

Quando Salvador diz a respeito das dificuldades faz-se refletir sobre a situação em que a evasão passa pela *consciência e importância da escola de qualidade*. Desafio que se mantém nos últimos anos, após uma política de diminuição significativa da matrícula, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos. (KRAWCZYK, 2009, p. 9).

Para garantir a qualidade da educação e sua generalização existe a necessidade da aplicação de recursos financeiros. As melhorias estruturais, por meio de produtos e serviços educacionais, colaboram para a ampliação do ensino. Quando ocorre ao contrário, com o corte de recursos da educação pública, ocorre a precarização do sistema público, complicando ainda mais às condições de acesso e permanência de estudantes das classes menos favorecidas. Ainda segundo a entrevistada:

Deveriam investir mais em tecnologia, isso hoje é uma das principais ferramentas para potencializar as escolas do campo. Deveriam oferecer programas ou bolsas de apoio para essas famílias com mais necessidades, além de ofertar uma alimentação que suprisse as necessidades dos alunos. (ENTREVISTA COM SALVADOR, 2022).

Na fala, a entrevistada Salvador destaca que para garantir a permanência dos estudantes nas escolas do campo é necessário *investir mais em tecnologia*, isso hoje é uma das principais *ferramentas para potencializar as escolas*. Como também oferecer *programas ou bolsas de apoio* para essas famílias com mais necessidades, além de ofertar uma alimentação adequada. De acordo com a legislação brasileira, é obrigatório frequentar a escola até o fim do ensino fundamental, em caso de incentivo de bolsas e alimentação, de certa forma, isso é um incentivo as famílias, principalmente as de baixa renda, pois considera um ciclo encerrado, sendo assim

faz-se entender que o aluno pode contribuir com a renda familiar e não abandonar os estudos.

Para Libâneo, (1992, p. 14), a igualdade e oportunidade para todos no processo de educação e na compreensão do que é prática educacional, se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos de conhecimentos sistematizados pela humanidade na aquisição de habilidade de assimilação e transformação desses conteúdos no contexto de prática social.

Importante dizer que essas habilidades dependem de condições objetivas e de uma gama de fatores que influenciam nesse processo. Na entrevista de Salvador apontamos esses fatores a considerar em nossa análise: consciência sobre a qualidade da escola e a necessidade de potencializar a escola a partir de investimentos que garantam a igualdade de oportunidades para acessar e permanecer no processo educativo.

5.2 Entrevista com Recife

Recife conta que durante o período que estudava, vivia com seus pais e mais seis irmãos na zona rural do município de Varzedo, naquela época existia muitas dificuldades financeiras, principalmente para aquisição de livros, mas com muita luta conseguiu concluir o magistério, fez vários cursos para complementar a sua formação, inclusive, o curso de Letras e depois de alguns anos a Pós-graduação. A entrevistada declara que:

Naquela época existiam muitas dificuldades financeiras principalmente para aquisição de livros mas com muita luta consegui concluir o magistério, fiz vários cursos para ajudar na minha formação (ENTREVISTA COM RECIFE, 2022).

Com a fala de Recife percebe-se que as dificuldades e condições objetivas para acesso a escola são problemas que atravessaram décadas, isso carece que o governo e a sociedade definam em formas de agregar quais serão as medidas necessárias para que haja superação desse quadro. Então desde a década de 1960 foi representado um marco na educação brasileira, particularmente pela

promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961) e também pela execução dos primeiros planos educacionais. Deve-se levar em conta que a ideia de planejar a educação já vinha amadurecendo, desde o início da década de 1930, pela atuação dos educadores conhecidos como pioneiros ou renovadores. (FONSCECA, 2009).

Recife leciona há vinte anos, e acredita que a educação no campo tem suas dificuldades principalmente no que diz respeito as novas tecnologias, como por exemplo, o acesso à internet, tão necessário para somar na aprendizagem dos alunos

Para mim a educação no campo tem suas dificuldades principalmente no que diz respeito atualmente as novas tecnologias como por exemplo o acesso à internet tão necessário para somar na aprendizagem dos alunos. (ENTREVISTA COM RECIFE, 2022).

Para Pretto, (2003, p. 68) a internet passa a fazer parte da realidade do mundo acadêmico e rapidamente vai se despontando como importante elemento de conexão entre equipamentos e, com isso, introduzindo novas formas de se produzir conhecimento. Esse cenário se acentua com os desafios da pandemia por COVID – 19.

Na entrevista, Recife relata que outro ponto notório de dificuldade são os transportes escassos e as estradas sem a devida assistência para locomoção desses alunos. E acrescenta que, umas das possibilidades para seguir é o professor trabalhar por amor e passar o conhecimento de forma mais atrativa.

Um outro ponto notório são os transportes escassos e as estradas sem a devida assistência para locomoção desses alunos entre outros. Umas das possibilidades para seguir é o professor trabalhar por amor e passar o conhecimento de forma mais atrativa. (ENTREVISTA COM RECIFE, 2022).

A entrevistada Recife complementa dizendo que percebe que, as escolas do campo seguem o mesmo padrão das escolas da zona urbana e ainda com algumas escassezes, principalmente no que diz respeito as novas tecnologias.

Percebo que as escolas do campo na qual estamos inseridos, segue o mesmo padrão das escolas da zona urbana e ainda com algumas escassez principalmente no que diz respeito as novas tecnologias. Por isso faz-se necessário políticas públicas com o objetivo de fortalecer as mesmas (ENTREVISTA COM RECIFE, 2022).

Recife ainda amplia o argumento enfatizando que: *para isso, faz-se necessário políticas públicas com o objetivo de fortalecer as mesmas*. Entendemos que essa extensão educativa e o exercer da pedagogia em que educadores/as das escolas do campo desempenham por meio da organização coletiva e no fortalecimento de projetos políticos pedagógicos emancipadores depende das condições objetivas e materiais geradas também pelas políticas públicas.

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 produziu sequelas não somente epidemiológicas, como também econômicas, políticas, sociais e culturais. Quando chegou ao Brasil a covid 19, incontáveis formas de controle e prevenção foram tomadas, todavia, a medida mais apresentada pelas autoridades foi a prática do distanciamento social, descrita pela população e pela mídia, como isolamento social. Em todo o mundo, foram elaboradas políticas públicas com o intuito de amenizar os impactos causados pela pandemia, dentre essas foi aderido o ensino remoto (MACEDO et al., 2020).

A realidade com o fechamento das escolas, como modo de proteção considerável para professores e alunos, ampliou a necessidade de desenvolver uma rápida e temporária alternativa. O ensino remoto foi a alternativa, já era notório que a conjuntura anterior a pandemia para o ensino no Brasil já encarava adversidades tecnológicas, estruturais e profissionais (SATHLER, 2020), contudo essa realidade ficou muito em evidência.

A alteração de aulas presenciais para aulas *online* também ocasionou a redução do tempo de estudo como impossibilitou a participação e desempenho de alguns estudantes nas atividades propostas pelos professores. A longo prazo, a restrição do tempo de aula trará prejuízos em determinadas habilidades no rendimento. Devido ao momento crítico que estamos atravessando, as reflexões de entrevistados ficaram bem enfatizadas ao apresentar as dificuldades e desafios relacionadas as questões tecnológicas. Com isso, a transição da pandemia afeta a professores e alunos neste tempo, o cenário também exige reflexões em termos de formações, capacitações e habilidades específicas como, por exemplo, domínio das

tecnologias da informação, e adaptação a um novo modo de estudar, se informar e se formar.

Os/as professores/as que lecionam em escolas do campo, tiveram que enfrentar além do afastamento físico com os alunos, a falta de habilidade com as tecnologias digitais, falta de acesso à internet, mudanças de localidades, hábitos etc.. Nos alunos, tudo isso causou dispersão das turmas e evasão escolar. Incorporar tecnologia e educação não é só usar ferramentas pontuais de maneira condicional na sala de aula. Para os professores, a relação de tecnologia e educação viabiliza que novas metodologias de ensino sejam empregadas. Então passam a ser mais oportunas para o contexto dos alunos, que estão envolvidos diariamente com essas ferramentas digitais. Um dos maiores desafios/receios de educadores referente ao assunto trata-se que a tecnologia em sala de aula pode estar associada a perda de foco nos conteúdos pelo simples manuseio das ferramentas.

. Admite-se também que a educação do campo exige mais do que a melhoria das condições físicas das escolas. Ela destitui-se da qualidade da formação dos professores para que possam dar conta de desenvolverem planejamentos com base na vida e nos princípios da população de forma que o aprendizado também possa ser ferramenta para o desenvolvimento no meio rural.

5.3 Entrevista com Fortaleza

Em destaque, na entrevista com Fortaleza, o relato de que cursou magistério, é graduado em pedagogia e pós-graduado em alfabetização e letramento. Atualmente é professor de rede municipal. Enfatiza que os principais desafios e possibilidades são: *em algumas escolas a infraestrutura precisa passar por melhoramento e formação continuada, que quase não acontece, é preciso melhorar os recursos e materiais didáticos são bons alguns desses materiais que deixam a desejar.*

Fortaleza destaca que os abandonos de estudo acontecem mais com os jovens, os principais motivos são: *desinteresses, falta de incentivo por parte dos pais ou responsáveis, também porque tem que trabalhar para se manter.*

Tenho em mente que os principais desafios e possibilidades são: em algumas escolas a infraestrutura precisa passar por melhoramento formação continuada quase não acontece é preciso melhorar, os recursos e materiais didáticos são bons alguns desses materiais que deixam a desejar (ENTREVISTA COM FORTALEZA, 2022).

Nesse sentido é importante destacar o que Trindade e Oliveira (2019) consideram como uma das motivações da evasão escolar está associada à falta de incentivo da família e que se correlaciona a aspectos socioeconômicos, pelos quais famílias muito pobres não mantêm seus filhos em idade escolar nas escolas. Isso e muito mais dados são apresentados nos censos escolares e demográficos. Fortaleza também relata que tem ótimo vínculo com seus alunos e reafirma a importância da *participação da família e da parceria com a escola*.

Tenho ótima relação, pois nunca tive nenhuma tribulação com quaisquer alunos sempre procuro dialogar com eles e respeitando as opiniões dos mesmos pelo carisma deles e da família o comportamento e a evolução nos estudantes. Nos dias atuais não será fácil, mas é possível, basta acreditar e realizar buscar algo que incentive estudantes diálogos realiza aulas atraentes e dinâmicas educativas parceria escola e família (ENTREVISTA COM FORTALEZA, 2022).

A educação não pode ser tarefa exclusiva de docentes. As ações que envolvem boa estrutura e um coletivo que se organiza é crucial na educação. Esse coletivo deve assumir sua função em uma dimensão contextualizada, respeitando a realidade do aluno, estimulando sua autoestima, acreditando em seus valores e os inserindo em uma sociedade cada vez mais dinâmica.

Ainda na entrevista, Fortaleza diz que é preciso inovar na educação e se adequar as *novas realidades*, adotar uma postura que fortaleça o acolhimento para estimular o pertencimento a um ambiente escolar. O entrevistado indica que:

Inovar na educação e se adequar a uma das novas realidades adotar uma posição mais acolhedora para que eles sintam pertencentes a um ambiente escolar independente de suas dificuldades (ENTREVISTA COM FORTALEZA, 2022).

Deste modo, a ação eficaz e integrada do professor, de maneira a propor o ambiente escolar em um ambiente acolhedor permitirá que o aluno desenvolva sua capacidade de pensar criticamente desenvolvendo habilidades necessárias, atitudes importantes para superação das dificuldades no processo.

5.4 Entrevista com Aracaju

Aracaju é morador da sede do município de São Miguel das Matas, enfatiza que lecionar é uma das suas paixões e atua na zona rural por opção nas disciplinas de história e geografia. Fala também que cursou magistério por falta de opção na época, salienta que era uma das poucas oportunidades a 30 anos atrás. Na entrevista relata que no início da jornada como professor ia a pé para a escola que também era localizada na zona rural do município.

Aracaju afirma que o principal desafio da época em que iniciou na docência foi a ausência de energia elétrica, ausência de água encanada. Em destaque, a informação de que também fez parte de movimentos/mobilizações para que pudesse ter água encanada na escola, energia elétrica, dentre outras condições de atuação. O entrevistado indica que é uma pessoa envolvida com ações sociais e está afiliado a APLB, e é conselheiro municipal. O entrevistado declara:

Também sou conselheiro e na condição de conselheiro venho sempre discutindo educação do campo, o que é educação do campo? o que é educação da roça? Para quem ela é desenvolvida? Qual perspectiva? (ENTREVISTA COM ARACAJU, 2022).

Ao problematizar o conceito na entrevista, dialogamos com Trevizan (2006) ao debater acerca de o que é rural é antiga na Sociologia. Até os anos 70, prevalecia uma conduta dualista nesta análise. Ou seja, rural e urbano eram reparados como duas realidades rivais que coexistiam paralelas e autônomas uma da outra. Mas as transformações sociais, especialmente na área tecnológica, a expansão dos serviços, tais como de energia elétrica, comunicação e transportes, vêm produzindo novas transformações no setor produtivo e na oferta de serviços em áreas até então

consideradas rurais, no entanto, mesmo com esses avanços, a realidade das escolas para a população rural continuava precária.

Aracaju fala sobre falta de políticas públicas e a necessidade de rever a questão de currículo, conceitos e os desafios vão além das questões físicas, questões de acessibilidades.

Percebo que em minha cidade 83% de estudantes que são da zona rural e que estudam na cidade, entretanto o ensino promovido tanto na zona urbana quanto na zona rural é um ensino que são para pessoas da cidade então precisamos rever a questão de currículos conceitos os desafios vão para além das questões físicas, questões de acessibilidades. (ENTREVISTA COM ARACAJU, 2022).

Na entrevista, Aracaju comenta também sobre o ensino oferecido nas escolas rurais que de certa forma desconstrói uma série de valores referente a educação do campo.

Nós não temos a modalidade educação do campo, temos modelo da educação básica conforme preconiza a LDB, mas temos a educação que é desenvolvida na zona rural infelizmente ainda com currículo de educação da cidade desconstruindo ou deixando de construir uma série de valores para que a gente consiga ficar mais no campo. (ENTREVISTA COM ARACAJU, 2022).

A alusão da educação presente no Brasil tem como meio de vida ideal o meio urbano. Segundo Speyer (1983, p. 107), isto acontece porque “a educação escolar ainda carrega o legado de colônia e império”. Aracaju complementa enfocando a pandemia ampliando os desafios dos mais diversos a exemplo de como lidar com o estudante. Se diz surpreendido positivamente ao falar sobre contatos com os estudantes e familiares, a relação estabelecida entre as partes que uma educação unilateral possibilita oportunidades da valorização da escola do campo. Assim:

Como a maioria dos meus alunos são filhos de ex-alunos, filhos de amigos de pessoas conhecidas eu costumo perguntar você mora onde? qual localidade? Quando fazemos essa relação, mantém essa relação de proximidade eu penso que o processo tem uma dificuldade menor, a construção do conhecimento. Minha relação tem

sido muito bacana com os meninos. (ENTREVISTA COM ARACAJU, 2022).

Sobre a fala transcrita, refletimos com Paulo Freire (1996) ao salientar que a relação de respeito tem de ser criada entre professor e aluno, então dessa forma o professor será capaz de realizar seu trabalho e contribuir para a transformação na aprendizagem e na vida de seus aprendizes.

Já Veras e Ferreira (2010, p. 221) apontam a afetividade como marco fundamental à aprendizagem e formação dos estudantes. Desse modo não é apenas a diversidade de conteúdos que irá chamar a atenção do aluno, mas é a qualidade da relação entre professor e aprendiz, isto é, os afetos envolvidos. Aracaju também destaca que a educação é um direito constitucional e se questiona como fazer com que alunos que se distanciaram em efeito da pandemia e não retornaram, alunos que tem que escolher entre trabalhar para sustento ou estudar e, os desafios além do pedagógico.

Estamos tratando de questões pedagógicas, mas a gente entendeu tudo que existe para além da escola do ponto de vista físico, estrutural, existe influencias para o pedagógico como exemplo: se transporte funciona bem reflete positivo no pedagógico, se não funciona bem se reflete negativo no pedagógico, se a alimentação é de qualidade isso se reflete no pedagógico, se a relação do discente com o docente de converge isso se reflete no pedagógico tudo que acontece tem que ser em pro do pedagógico (ENTREVISTA COM ARACAJU, 2022).

O que torna o acesso a uma escola nesse âmbito, não é necessariamente relacionado ao número de vagas, e sim a possibilidade dos alunos chegarem até à mesma. Lamentável que em nosso país, estar distante de um centro urbano desfavorece essa tarefa, isso é notório quando em relação a infraestrutura das estradas e dos veículos de transporte em regiões afastadas. Nesse sentido, Egami e colaboradores (2008, p.3) fala que:

quanto maiores são as barreiras físicas e mais baixas a situação financeira do aluno, maior é a dependência do transporte para se chegar à escola. O não fornecimento de um meio de transporte pode acarretar no não comparecimento do professor e de muitos estudantes às aulas.

Falando ainda sobre o assunto destaca-se a alimentação escolar, por esse motivo criado o PNAE (programa nacional de alimentação escolar). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa suprir as necessidades em termos nutricionais de alunos durante a permanência em sala de aula, auxiliando para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar desses alunos, e ainda promover hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012). Aracaju ainda fala dos desafios dos educadores diante da diversidade e aponta o desafio de:

Perceber que não existe salas homogêneas. Esse desafio da gente professor entender as peculiaridades de cada aluno pra que posamos contemplar essa diversidade (ENTREVISTA COM ARACAJU, 2022).

Proporcionar o ensino e aprendizagem não é um encargo fácil para a atual função docente, o que tem compromisso e responsabilidade assim como, estar disposto a buscar novos métodos através da formação continuada, pois cada aluno tem um ritmo único no processo de evolução. Cada um tem uma história particular e única, formada por sua estrutura biológica, psicológica, social e cultural.

De acordo com Heerdt (2003, p. 70):

Evidenciam-se, uma série de desafios, alguns inéditos, que precisam ser assumidos e incorporados na prática docente. A mudança, o novo, o questionamento, o diferente, quase sempre são causa de insegurança e medo. Mas é necessário ousar e enfrentar.

Aracaju fala sobre a importância das universidades e em especial do curso de Licenciatura em Educação do Campo, também lamentando em relação ao corte de verbas. Cada vez mais o investimento na educação pública está sucateado e ressalta que educação é direito de todos.

Estão comparando escola públicas com escolas privadas e de forma desonesta a forma da lei inclusive é diferente o público é diferente o objetivo é diferente, não desqualifique a escola pública, desqualifique talvez as formas de investimento...nossas escolas não tem tido o atrativo necessário (ENTREVISTA COM ARACAJU, 2022).

O ensino básico do Brasil ultimamente está sendo inquirido quanto a sua qualidade e eficiência. Avaliações realizadas pelo INEP mostram que aproximadamente 5% dos alunos apresentam desempenho classificado em "adequado". Mesmo assim esse desempenho vem decaindo devido exclusivamente ao desempenho dos alunos de escolas públicas.

Existe uma diferença do desempenho entre estudantes de escolas públicas e privadas que elevam questões sobre suas causas e qual a magnitude dos fatores responsáveis. Estudos relacionaram a infraestrutura escolar, os investimentos e as políticas públicas do Estado e os indicadores educacionais no intuito de concluir se existe dependência entre essas variáveis no país.

No estudo realizado por Vasconcelos e colaboradores (2021), constatou-se uma expressiva submissão entre os investimentos públicos em Educação e a infraestrutura escolar nos municípios brasileiros, bem como a relevância dessas duas variáveis no desempenho escolar. Nota-se que o desempenho do aluno não está ligado apenas a seu esforço próprio. À vista disso está nas mãos do poder público o apoio para que as escolas possuam materiais básicos para que suas atividades sejam desempenhadas com qualidade e para que todos os alunos disponham de um ambiente propício para a aprendizagem.

Em linhas gerais, as entrevistas apontam para elementos importantes para refletir sobre as condições de acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica na comunidade da Sucupira, município de São Miguel das Matas – Bahia. Após as transcrições e análise passamos as considerações a respeito da investigação.

6. CONSIDERAÇÕES

O estudo teve como objetivo investigar as condições de acesso e permanência de sujeitos do campo a escola básica na comunidade da Sucupira, município de São Miguel das Matas – Bahia. A abordagem qualitativa, realizada por intermédio da pesquisa em campo com instrumentos da entrevista semiestruturada, e interpretação com base na análise de conteúdo levaram a refletir sobre as implicações que seguem.

Como constatações do estudo, após a escuta e análise, destacamos especialmente: 1) Associar as dificuldades da escola com o acesso a tecnologia tem relação direta com a atualidade e os desdobramentos da pandemia; 2) Refletir sobre as condições objetivas como desafio histórico para acesso e permanência de estudantes de classes populares e do campo; 3) Importante refletir sobre a relação urbano e rural nos currículos para fortalecer o pertencimento e a permanência de estudantes do campo na escola; 4) As relações interpessoais na escola (afetividade entre professores e estudantes) e a participação da família são necessários para favorecer o acesso e permanência de estudantes do campo na escola; 5) Os docentes apontam para a importância de lutar por políticas públicas que possam contribuir com acesso e permanência de estudantes.

Este trabalho de conclusão de curso foi de suma importância para minha formação acadêmica, pois proporcionou uma experiência espetacular, onde, no decorrer da pesquisa reencontrei professores que tiveram importância em minha vida quanto estudante. Para o andamento da pesquisa busquei textos para refletir sobre o acesso e permanência e as constatações com as leituras foram de fundamental importância para um embasamento teórico enriquecido e para fundamentar a pesquisa.

Considerando a inquietação sobre esse tempo e a necessidade de pensar novas metodologias na educação é válido perguntar: o que esperar de um futuro pós-pandemia? quais modelos de mediação tecnológica no ensino e na aprendizagem? De que forma construir metodologias e espaços que sustentem uma boa aprendizagem?

Por conseguinte, evidenciamos um ataque à educação pública, sobretudo, aos investimentos, às críticas da eficiência da educação, tratando educação como mercadoria e ao mesmo tempo mascarando as mazelas e os problemas sociais que estamos enfrentando, como o aumento da desigualdade social, péssimas condições das escolas (SILVA, 2020).

Como os resultados apresentados durante a análise, podemos refletir que, para garantir a qualidade da educação e sua generalização existe a necessidade da aplicação de recursos financeiros, condições objetivas. O Estado apresenta-se como alocador de recursos públicos, e não um gestor. Porém, nessa situação de transição do cenário pandêmico, onde ficam as leis? O que se sabe é que o Estado precisa investir, fazendo as intervenções necessárias na educação, com intuito de resolver e minimizar os problemas causados pelo COVID – 19.

Estar envolvida nessa pesquisa, entrevistando essas pessoas que também fizeram parte de minha trajetória foi desafiador, pois a insegurança e falta de experiência para lidar com a situação foram parte do caminho. A insegurança e a timidez foram comuns nas entrevistas, mas, em linhas gerais, o resultado foi considerado satisfatório. De fato, foi uma experiência relevante, pois além de se disponibilizarem houve incentivo dos mesmos e também me proporcionou novos conhecimentos, pois estar diretamente com os participantes da pesquisa, ouvindo suas experiências, como também anseios, sonhos e dentre outros relatos, além disso, foram meus educadores, isso respondeu as minhas inquietações enquanto pesquisadora.

Ainda no capítulo de dados reflete-se sobre a alusão da educação presente no Brasil, tem como meio de vida ideal aquele vivenciado nos centros urbanos. A escola da Educação do campo tem um método diferenciado ao se referir a conduta da prática pedagógica, ou seja, muito importante fortalecer as especificidades com compromisso por meio de capacitações contínuas dos profissionais que nela atuam dando condições dignas de trabalho, como exemplo de remuneração, transporte onde cada profissional sinta o gosto de atuar em uma escola.

Por fim, o trabalho de pesquisa respondeu as questões apresentadas no que se refere a acesso e permanência e salienta a afetividade como ponto importante à aprendizagem e formação dos estudantes. Assim não é apenas a diversidade de

conteúdos que vai atrair a atenção do aluno, mas é a qualidade da relação entre professor e aprendiz. O processo de aprendizagem também diz respeito a parceria da escola com a família. Na família a educação é refletida, deliberada, com valores, porém não é organizada, planejada e controlada, contudo faz parte do encadeamento na educação do indivíduo.

A escola enquanto entidade de ensino atribui-se a diferentes funções referentes à formação humana e social dos sujeitos que estão inseridos no processo de ensino. Os entrevistados apontam a importância de políticas públicas na educação. São programas ou ações desenvolvidas de forma governamental para auxiliar a efetivação dos direitos previstos na constituição federal tem como objetivo exercer medidas que visam garantir o acesso a educação para todos os cidadãos.

Concluimos apontando que esse acesso e permanência é essencial para a formação desses indivíduos e os proporcionam a inserção na sociedade, como sujeitos. Faz-se necessário realçar que a democratização da educação não se encerra somente ao acesso a uma escola. A garantia do acesso é de suma importância, entretanto é necessário também que todas as crianças que ingressam na escola, especialmente as do campo, disponham de condições para permanecer nas mesmas com sucesso, digo que enquanto o aluno estiver nos dados escolares ele seja capaz de aprender de forma considerável, de forma importante e que obtenha os conhecimentos imprescindíveis para a vida.

7. REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. CORDEIRO, Tássia. **No Brasil, quase 4 mil escolas do campo são fechadas por ano**. Rio de Janeiro, Novembro, 2019. Disponível em: [https://www.brasilefatorj.com.br/2019/11/28/artigo-or-no-brasil-quase-4-mil-escolas-do-campo-sao-fechadas-por-ano#:~:text=Por%C3%A9m%2C%20o%20problema%20%C3%A9%20especialment e,com%2012.815%20mil%20escolas%20fechadas](https://www.brasilefatorj.com.br/2019/11/28/artigo-or-no-brasil-quase-4-mil-escolas-do-campo-sao-fechadas-por-ano#:~:text=Por%C3%A9m%2C%20o%20problema%20%C3%A9%20especialment e,com%2012.815%20mil%20escolas%20fechadas.). Rio de Janeiro, Novembro, 2019.
- ANDRADE, M.R.; DI PIERRO, M.C. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: dados básicos para uma avaliação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- AQUINO, Júlio Groppa. **O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão**. AQUINO, J. G. (Org.). In: Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 91-110.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **A escola e o movimento social: relativizando a escola**. ANDE, n. 12, p. 16-21, 1989.
- BALZAN, Newton Cesar. **Sete asserções inaceitáveis sobre a inovação educacional**. GARCIA, W. E. (Coord.). In: Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. Coleção educação contemporânea: 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Da luta às políticas de educação do campo: caracterização da educação e da escola do campo**. XII EPENN, 2014.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 19ª ed. SP: Companhia as Letras, 2003.
- BERGAMASCO, Wanderléia Aparecida. **Educação do campo: concepção, fundamentos e desafios**. Cadernos PDE, v.1, 2013.
- BOGDAN, R., BIKLEN, S., (1994). **Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-denovembro-de-2010/file>. Acesso em fevereiro de 2022.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão Escolar**: causas e consequências. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), SEED/PR. 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Marilda Ciribelli Corrêa, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

DAMASCENO, M.N.; BESERRA, B. **Estudos sobre educação rural no Brasil**: estado da arte e perspectivas. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação**: perspectivas e desafios. Cad. CEDES [online], vol.29, n.78, p. 201-215, Campinas: CEDES, 2009.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **O discurso da qualidade e a qualidade do discurso**. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERNANDES, B.M.; CERIOLI, P.; CALDART, R.S. **Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo**. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, B.M. **Diretrizes de uma caminhada**. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. Por uma educação do campo Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, p. 165, 1996.

FREITAS SILVA, Grazielle Roberta; FREITAS Kátia Nêyla Macêdo de; REBOUÇAS, Cristiana Brasil de Almeida; SOUZA, Ângela Maria Alves e. **Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa** Online Brazilian Journal of Nursing, vol. 5, núm. 2, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GARCIA, Fátima Moraes. SANTOS, Vanessa Costa dos. **O fechamento das escolas do campo no Brasil**: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. Pesquisa em Ensino, Dossiê n.4, Vol 1, Outubro,2020.

GENTILI, P., (org.) **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

HAGE, S. M. (org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda., 2005.

HEERDT, Mauri Luiz, Coppi. Paulo de. **Como Educar Hoje?** reflexões e propostas para uma educação integral. São Paulo: Mundo e Missão, 2003.

IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2929404>.

JOUTARD, Philippe. **Desafios a história oral do século 21**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Maria Tânia; ALBERTI, Verena (Orgs.) História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. I volume. Porto: Portucalense, 1972.

KRAWCZYK, Nora. **O Ensino Médio no Brasil**. Revista Profissão Docente, São Paulo, v. 9, nº 19, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa. **Potencialidades e limites da gestão local do currículo para (e na) construção de uma escola com sentido para todos**. In: ME/DEB. Gestão flexível do currículo. Reflexões de formadores e investigadores. Lisboa: DEB, 2002.

LE PLAY, Frédéric. **Les Ouvriers Européens**. Paris, 1855 (6 volumes).

LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

MACEDO, Y. M; ORNELLAS, J. L; BONFIM, H .F. **COVID 19 nas favelas e periferias brasileiras**. Boletim de Conjuntura, Boa Vista, v. 2, n. 4, p. 50-54, 2020.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Vol. II. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. Alex Marins. SP: Martin Claret, 2002.)

MAZUR, Ivania Piva. **O processo de fechamento das escolas do campo e Itapejara D'Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes**. Tese (Doutorado) – UNIOESTE, 2016.

McCOWAN, (org.), **Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2003. (Tese) Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

MORIGI, Valer. **A escola do MST: uma utopia em construção**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MUNARIM, Antonio. **Movimento nacional de educação do campo: Uma trajetória em construção**. In: 31ª Reunião Anual da ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2008.

OLIVEIRA, R. P.; ARAÚJO, G. C. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Revista Brasileira de Educação, Brasília, n. 28, jan./abr. 2005.

PACIEVITCH, Thais; MOTIN, Giani e MESQUIDA, Peri. **O Mercado da Pedagogia e a Pedagogia de Mercado: Reflexos do Neoliberalismo sobre a educação**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR – EDUCERE; CONGRESSO IBERO– AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS – CIAVE, 3. 2008, Curitiba. Anais... Curitiba: Champagnat, 2008, p. 1-12.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. **Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial**. Rio – São Paulo: ABC, 2005.

PRETTO; Nelson. **Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras**. São Paulo, 2003.

RAMOS, Cosete. **Excelência na educação: a escola de qualidade total**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

RIBEIRO, ANDREIA COUTO; JESUS, WELLINGTON FERREIRA DE. **O Plano de Ações Articuladas para a Educação Básica (PAR): elementos para a construção da assistência técnica e financeira da união aos estados e municípios brasileiros**. RBPAE - v. 32, n. 1, p. 211 - 226 jan./abr. 2016.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**, 2007.

- SANFELICE, J.L. **Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular:** considerações historiográficas. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M.I.M. (Org.). *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2005. p. 89-105.
- SANTOS, Roque. **Entrevista concedida a Adenilda Argolo**. São Miguel das Matas, 14 de janeiro de 2017.
- SANTOS, V. A.; ALVES, A. D. **Educação do Campo e a pesquisa como princípio Educativo:** práticas pedagógicas para a formação de sujeitos emancipados construtores da história e da memória, 2017.
- SATHLER, L. **Educação pós-pandemia e a urgência da transformação digital**. 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.igti.com.br/blog/urgencia-da-transformacaodigital-na-educacao/>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- SILVA, Maria Abádia da. **Qualidade social da educação pública:** algumas aproximações. Cad. CEDES [online]. 2009, vol.29, n.78.
- SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SOUSA, R. G. "**Origem do Capitalismo**"; Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/origem-capitalismo.htm> acesso em 20 de setembro 2019.
- SOUZA, Sandra Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil**. Educ. Soc., vol. 24, n. 84, pp. 873-895, Campinas: CEDES, 2003.
- SOUZA, M. A. **Educação do campo:** propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- TRINDADE, M. F. B.; OLIVEIRA, F. L. **Idosos na EJA:** fatores que motivam a inclusão e permanência. Trivium: Revista Eletrônica Multidisciplinar, Pitanga, v. 6, nº 2, ed. especial, set. 2019. Disponível em: <http://revista.ucpparana.edu.br/index.php/Trivium/issue/archive>. Acesso em: 10 ago. 2022
- VENDRAMINI, C.R. **Ocupar, resistir e produzir - MST:** uma proposta pedagógica. 1992. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.
- VASCONCELOS, Joyciane Coelho et al. **Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil:** a importância para o desempenho educacional.

Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2021, v. 29, n. 113, pp. 874-898. Disponível em: Acesso em 20 out. 2022.

VERAS, R. S.; FERREIRA, S. P. A. **A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário.** Educar em Revista, Curitiba, n. 38, p. 219-235, set./dez. 2010.

ZILLES, U.. **Fundamentos ontológicos do conhecimento.** In:_____ Teoria do conhecimento. 5 ed. Porto Alegre: Ed. UCRS, 2006. Cap. 2, p. 30 – 41.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do trabalho: REFLEXÕES DOCENTES SOBRE OS DESAFIOS DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM ESCOLAS NO CAMPO: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DA SUCUPIRA, SÃO MIGUEL DAS MATAS – BAHIA

Pesquisadores responsáveis:

Graduanda: Angélica Bitencourt Silva

Prof. Carlos Adriano da Silva Oliveira (Orientador).

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

1) SEXO: MASCULINO () FEMININO ()

2) ANO DE NASCIMENTO: _____

3) VOCÊ SE CONSIDERA (autodeclaração):

AMARELA/O

BRANCO/A

INDÍGENA

NEGRO/A

PARDO/A

OUTROS/AS Se a resposta for “outros/as” definir a cor: _____

4) VOCÊ RESIDE? ZONA RURAL () ZONA URBANA ()

CIDADE: BAIRRO/ COMUNIDADE:

5) QUAL O TEMPO DE SERVIÇO COMO DOCENTE? E QUAL SEU VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A ESCOLA?

QUESTÕES DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Atestamos que as informações/dados produzidos na presente entrevista serão utilizados para fins acadêmicos/científicos e a identidade dos participantes da pesquisa não será divulgada.

Permissão para gravar/ Solicitar que desliguem e/ou silencie o celular.

Apresentação dos pesquisadores e objetivo da entrevista: A metodologia consiste em uma abordagem qualitativa utilizando entrevista semiestruturada tendo com objetivo refletir sobre as condições de permanência de estudantes na escola do campo da comunidade da Sucupira, município de São Miguel das Matas – Bahia.

Desde já agradecemos.

QUESTÕES

1. Fale um pouco sobre você? (Sua vida como estudante? Sua formação? Relação com a educação e detalhes que ache interessante mencionar)
2. Você tem relação com algum movimento social, associações, cooperativas, sindicatos?
3. Por qual motivo se tornou professor/a?
4. Qual a sua opinião sobre o trabalho em escolas no campo? Quais os principais desafios e possibilidades que você observa?
5. Como definiria sua relação com os estudantes da Escola?
6. Como você percebe isso na vida dos estudantes? O que destacaria de desafios e possibilidades?
7. Em sua opinião, quais os principais desafios para a permanência de estudantes em escolas no campo?
8. Ainda sobre a permanência de estudantes em escolas no campo, quais as principais potencialidades você destacaria?
9. Em sua opinião, quais os motivos que levam os alunos a abandonarem a escola?
10. Em sua opinião, o que poderia ser feito para contribuir com a permanência de estudantes na escola no campo?
11. Gostaria de comentar algo que não estava em destaque em nossa conversa?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DO TRABALHO: REFLEXÕES DOCENTES SOBRE OS DESAFIOS DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM ESCOLAS NO CAMPO: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DA SUCUPIRA, SÃO MIGUEL DAS MATAS – BAHIA

Pesquisadores responsáveis:

Graduanda: Angélica Bitencourt Silva

Prof. Carlos Adriano da Silva Oliveira (Orientador).

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa de abordagem qualitativa que tem como objetivo refletir sobre as condições de permanência de estudantes na escola do campo da comunidade da Sucupira, município de São Miguel das Matas – Bahia.

Tal ação baseia-se na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta resolução, a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde apontando diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, bem como ao parecer com Orientações para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual, de 24 de fevereiro de 2021.

Caso concorde em participar da pesquisa, lhe é assegurado sigilo e anonimato das informações e em caso de eventual constrangimento, ou não se sinta suficientemente esclarecido, lhe é facultado retirar o consentimento, sem nenhum prejuízo. Da parte dos pesquisadores fica ainda assegurado ao participante que não haverá qualquer ônus; os dados produzidos serão utilizados para fins estritamente acadêmicos, ficando sob a responsabilidade da equipe de pesquisa. Após ser esclarecido (a) nós abaixo assinamos:

São Miguel da Matas – Bahia, _____ / _____ / 2022

Assinatura da pesquisadora responsável

Nome (participante):

Assinatura do (a) participante

